

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FORMIGA – UNIFOR - MG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
KELI CRISTINA ALVES PEREIRA

CENTRO COMUNITÁRIO PAULO SOARES
UM ESPAÇO DE APOIO À COMUNIDADE RURAL DE MONTEIROS

FORMIGA-MG

2016

KELI CRISTINA ALVES PEREIRA

CENTRO COMUNITÁRIO PAULO SOARES
UM ESPAÇO DE APOIO À COMUNIDADE RURAL DE MONTEIROS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.
Orientador: Prof. Ms. Clésio Barbosa Lemos Júnior

FORMIGA-MG

2016

Keli Cristina Alves Pereira

CENTRO COMUNITÁRIO PAULO SOARES
UM ESPAÇO DE APOIO À COMUNIDADE RURAL DE MONTEIROS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Formiga – UNIFOR-MG, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Clésio Barbosa Lemos Júnior
Orientador

UNIFOR - MG

Formiga, 31 de outubro de 2016

P436 Pereira, Keli Cristina Alves.
Centro Comunitário Paulo Soares um espaço de apoio à comunidade rural de Monteiro / Keli Cristina Alves. – 2016.
68 f.

Orientador: Clésio Barbosa Lemos Júnior.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Formiga-UNIFOR-MG, Formiga, 2016.

1. Social. 2. Rural. 3. Comunidade. I. Título.

CDD 720

Dedico este trabalho ao meus pais, Paulo e Dinaura, exemplos de luta, honestidade e perseverança. Obrigada por me transmitirem preciosos valores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus por essa etapa alcançada e por me dar a graça de concluir um curso universitário, por ter me sustentado e me dado forças, me capacitando para vencer cada obstáculo e dificuldade encontrados pelo caminho. Agradeço também a intercessão e proteção de Nossa Senhora que sempre esteve ao meu lado, me protegendo e me cobrindo com seu manto materno.

Aos meus pais, Dinaura e Paulo, base principal dessa conquista, por todo apoio e sacrifício.

Ao meu irmão Nilson, por ser peça essencial nesse tempo de luta, por não medir esforços ao me ajudar em todos os momentos que precisei, por me ensinar a caminhar com responsabilidade, zelo e coragem.

Ao meu irmão Paulo Júnior, pelas longas conversas e partilhas e por sempre me tranquilizar nos momentos de cansaço.

A minha tia Joana, minha segunda mãe, que nesse tempo sempre me sustentou com suas orações.

Aos meus amigos do Grupo de Oração Universitário, que foram verdadeiros amigos, louvo a Deus por ter me presenteado com os dias de alegria, risos e oração que vivemos juntos nesses anos. Foram o meu fortalecimento na fé. Sempre os levarei no coração.

As minhas amigas de curso, principalmente a Lis, Jéssica, Suellen, Malu e Luly, que estiveram juntas comigo desde o início.

Aos meus colegas de trabalho, por sempre me apoiarem.

A todos os professores, em especial ao meu orientador Clésio Lemos, por me transmitir sabedoria e paciência.

Enfim obrigada a todos, sinceros agradecimentos.

*“...Eu queria ter na vida simplesmente, um lugar de mato verde, pra plantar e pra colher,
ter uma casinha branca de varanda, um quintal e uma janela, para ver o sol nascer ”*

Peninha – cantor e compositor brasileiro

RESUMO

Este trabalho final de conclusão de curso refere-se ao estudo da Comunidade de Monteiro, zona rural pertencente ao município de São Francisco de Paula, MG. Embasado neste, propõem-se o projeto de um centro comunitário que atenda as necessidades da população desta comunidade, onde abrigará atividades que fomentem a fonte de renda, resgate os valores da cultura local, traga acesso à educação e ensino profissionalizante aos jovens e seja um espaço de lazer para as famílias que vivem no povoado. Para elaboração deste trabalho analisou-se a importância do campo nos dias atuais e a causa do intenso êxodo rural, migração do homem da zona rural para a cidade com o sonho de melhoria de vida, trabalho, saúde e educação. Realidade essa presente na comunidade estudada. Observa-se que aqueles que saem do meio rural, em sua maioria são jovens em busca da realização de seus sonhos como o de prosseguir os estudos, ter um trabalho digno ou de ser um dia reconhecido e valorizado pela sociedade. Ressalta-se, porém que nem sempre existe o desejo de sair da terra natal, de deixar sua casa e sua família. Acredita-se que isso se dá muitas vezes por falta de alternativas, por não encontrar oportunidades que lhe deem razões de permanecer no campo. Tal situação pode ser analisada como um problema já que com a saída do jovem não há o avanço e crescimento da comunidade. Diante desta realidade futuramente Monteiro poderá ser extinto e com ele sua história. Com a intenção de auxiliar na fixação, sobretudo do público jovem, na referida comunidade será proposta a construção de um espaço que atenda parte das suas necessidades. Espera-se que o Centro Comunitário Paulo Soares seja um local para uso de todos os moradores, assim como, de visitantes. O espaço contará com salas que ofereçam cursos profissionalizantes voltados a área rural e informática, produção de iguarias típicas da região como doces e queijos para comercialização, além de uma quadra poliesportiva para lazer e prática de esportes dos jovens e crianças, podendo ser também um local de festas e encontros para a população local.

Palavras-chave: Comunidade. Êxodo Rural. Necessidades

ABSTRACT

This graduation final project refers to the study of the Monteiros Community, located in the rural area of the San Francisco de Paula town, in the state of Minas Gerais. Based on it, it is proposed the design of a community center that meets the needs of the population of this community, which will house activities that foment the local income, bringing back the local culture values, access to regular education and professional education to young people and it will be a recreation place for the families living there. To make this study, the reasons for the intense rural exodus, the migration of people from the countryside to the cities dreaming about better life, work, health and education, and the importance of the country nowadays were analyzed. This is the reality of the studied community. It is observed that those leaving the rural areas are mostly young people trying to fulfill their dreams such as further education, decent work or to be recognized and valued by society someday. It is notorious, however, that there is not always the desire to leave their homeland, home and family. It is believed that this occurs often due to the lack of alternatives, not finding opportunities that will give reasons to remain in the countryside. This situation can be seen as a problem because with the young people's departure, there is not any community progress or growth. There are a few houses in the place and the school is closed due to the lack of students. Given this reality, Monteiros may become extinct in the future and with it its history. Intending to fix, especially the young people, in that community, the building of a space that meets part of their needs will be proposed. It is expected that the Community Center Paulo Soares will be a place for everyone to use, either local residents or visitors. The space will feature rooms that offer training courses aimed for rural areas, musical instruments and computer classes. There will also be rooms for the production of typical regional delicacies like sweets and cheeses for sale, as well as a sports court for recreation and for young people and children the community to play sports and it can also be a place for the local population parties and gatherings.

Keywords: Community. Rural Exodus. Population needs.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma de Atividades	16
Quadro 2 – Programa de Necessidades	51
Quadro 3 – Fluxograma.....	53

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 – Posto de saúde e escola	29
Figura 2 – Capela e Cruzeiro	29
Figura 3 – Bar - mercearia	30
Figura 4 – Igreja	30
Figura 5 – Terreiro de café	31
Figura 6 – Festa de Santa Cruz	32
Figura 7– Centro comunitário Fitzgibbon (vista posterior).....	33
Figura 8 – Centro comunitário Fitzgibbon (entrada principal).....	34
Figura 9 – Centro comunitário Fitzgibbon (fachada principal).....	35
Figura 10 – Tecnocentro de Salvador (vista lateral).....	36
Figura 11 – Tecnocentro de Salvador (acesso às salas).....	37
Figura 12 – Teconcentro de Salvador (vista posterior)	38
Figura 13 – Centro comunitário Fai – Fah (sala multifuncional)	39
Figura 14 – Centro comunitário Fai – Fah (fachadas).....	39
Figura 15 – Centro comunitário Fai – Fah (salas multifuncionais).....	40
Figura 16 – Centro Comunitário Fai – Fah (recepção).....	40
Figura 17 – Arco em Bandar Rimbayu (vista aérea)	41
Figura 18 – Arco em Bandar Rimbayu (espelho d’água e acessos às salas)	42
Figura 19 – Arco em Bandar Rimbayu (passarela coberta por vegetação)	42
Figura 20 – Arco em Bandar Rimbayu (vistas panorâmicas).....	43
Figura 21 – Terreno (área projetual).....	44
Figura 22 – Área de estudo.....	45
Figura 23 – Estudo de insolação.....	46
Figura 24 – Uso e ocupação do solo e equipamentos rurais.....	46
Figura 25 – Mobiliário rural	47
Figura 26 – Hidrografia e áreas verdes.....	47
Figura 27 – Estradas e acessos às cidades	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATUR – Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil

APP – Área de Preservação Permanente

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TV – Televisão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Tema e problema	13
1.2	Justificativa	13
1.3	Objetivos.....	14
1.3.1	Objetivo geral	14
1.3.2	Objetivos específicos.....	14
1.4	Metodologia.....	15
1.5	Cronologia de atividades.....	16
2	REVISÃO TEÓRICA E HISTÓRICA DO TEMA.....	17
2.1	Importância e conceituação das comunidades rurais	17
2.1.1	Atividades importantes de desenvolvimento rural.....	19
2.1.1.1	Agricultura.....	19
2.1.1.2	Pecuária	20
2.2	Cooperativismo rural	22
2.2.1	Agroindústria familiar rural	23
2.2.2	Trabalhos artesanais	24
2.3	Turismo rural	25
3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO.....	28
3.1	Breve histórico	28
3.2	Condição socioeconômica	31
3.3	Análise cultural.....	32
4	LEITURA DE OBRAS ANÁLOGAS.....	33
4.1	Centro comunitário de Fitzgibbon.....	33
4.2	Tecnocentro de Salvador	36
4.3	Centro comunitário fai - fah.....	38
4.4	Arco em Bandar Rimbayu	41
5	DIAGNÓSTICO DO SÍTIO	44
5.1	Estudo do entorno e da área de projeto.....	44
5.2	Estudo do mapas síntese	45
6	PROPOSTA PROJETUAL	49
6.1	Programa de necessidades	51
6.2	Fluxograma da edificação.....	53

SUMÁRIO

7	CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO	54
7.1	Descrição das edificações	54
7.1.2	Bazar	55
7.1.3	Capela	56
7.1.4	Restaurante	56
7.1.5	Bloco de cursos, atividades e sanitários	57
7.1.6	Quadra.....	57
7.1.7	Agroindústria	59
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
	ANEXO A – Sobre a lei 20.922 / 2013.....	65
	ANEXO B – Sobre regulamento técnico de serviços de alimentação	66

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a comunidade rural de Monteiro e propõe o projeto de um centro comunitário no povoado; onde seja um espaço que atenda às necessidades dos moradores locais, tais como lazer, educação e trabalho.

Tem como finalidade estudar questões relacionadas ao êxodo rural que acontece na povoação e o motivo pelo qual ocorre, bem como a importância da comunidade e as atividades que nela são exercidas, sua cultura, história e sua força local, e assim propor o centro comunitário como forma de apoio às necessidades dos moradores, para que não seja necessário sair da comunidade e migrar para a cidade em busca de melhoria da qualidade de vida. O referente estudo atenta-se para a valorização do campo e os benefícios que o homem detém quando o escolhe como moradia, e trata do valor que possui cada trabalho desenvolvido nas zonas rurais, seja ele na área da agricultura ou pecuária.

Monteiros é uma comunidade que têm sofrido com o abandono de seus moradores, que mudam para as cidades em busca sobretudo de melhores trabalhos. Com isso o povoado não tem apresentado crescimento, fato este que sugere uma preocupação em relação ao futuro do povoado, podendo ser extinto se caso os monteirenses, principalmente os jovens não encontrarem no local razões consistentes e satisfatórias que supram seus anseios e que justifique a opção de continuarem vivendo no local.

A proposta do centro comunitário vem de encontro a esta realidade, propondo uma forma de atenuar este problema, oferecendo apoio as carências dos habitantes, principalmente aqueles que gostam de viver no povoado e não pretendem deixa-lo para fixar morada nas cidades. Para a escolha da proposta, fez-se um levantamento das realidades da comunidade, constatando-se que é um local que possui características benéficas a implantação deste projeto e é uma área rural que possui um número considerável de famílias que poderá usufruir das atividades que serão ofertadas no centro. Acredita-se que a construção de um centro comunitário nos Monteiro trará diversas melhorias na vida dos moradores, pois ofertará atividades que proporcionarão a valorização da dignidade do homem do campo, tais como o resgate da sua cultura e atenção sobre suas necessidades em todos os âmbitos, além de fazer com que reconheçam o valor que a comunidade possui e o motivo de ser preservada.

1.1 Tema e problema

Com a forte migração do homem do campo para a cidade resultando em intensa urbanização que se iniciou no período de forte industrialização do Brasil, surge a preocupação com a possível extinção das comunidades rurais em poucos anos, pois de acordo com dados do IBGE de 2010, atualmente menos de 20% da população vivem no campo. Este abandono da zona rural pelo homem está relacionado com a falta de investimento nas comunidades, por parte do poder público, em áreas como saúde, educação, transporte, emprego, entre outras.

Baseado nessa realidade que está presente na comunidade rural de Monteiro, tomou-se esta como objeto de estudo e local para a implementação do projeto do centro comunitário Paulo Soares, um espaço arquitetônico que visa atender as necessidades mais urgentes da população local, bem como, proporcionar um incremento na renda dos seus trabalhadores.

1.2 Justificativa

Monteiros é a maior comunidade existente entre todas pertencentes ao município de São Francisco de Paula, atualmente possui cerca de 100 casas e as famílias em geral constituem-se por núcleos pequenos, geralmente por pai, mãe e um ou dois filhos menores de idade.

O povoado desde 1995 não apresenta crescimento, tampouco desenvolvimento, razão que se dá em consequência do êxodo rural sobretudo de jovens de 18 aos 25 anos que ao atingirem a maioridade, se mudam para as cidades em busca de oportunidades de estudo e principalmente emprego. O que acontece muitas vezes é que estes jovens ao chegarem nos centros urbanos encontram uma realidade difícil e as oportunidades que procuram não são encontradas tão facilmente como imaginavam. Um exemplo desse fato são os gastos que se têm para sobreviver no meio urbano superiores ao da zona rural e normalmente se deparam com oportunidades de empregos que ofertam salários baixos e rotina de trabalho cansativa, como por exemplo, no comércio. Isso se dá pelo fato do indivíduo não possuir estudo suficiente para trabalhos melhores, migrando para o urbano com o diploma de ensino médio ou as vezes nem isso. Diante desta realidade, constata-se que não há vantagens na migração para as cidades como se pensava, sendo que muitas das necessidades básicas do homem podem ser satisfeitas no meio rural; este só precisa

receber um pouco mais de valorização e atenção em torno dos benefícios que por si só oferece.

Morar em zonas rurais ao invés das zonas urbanas pode ser uma opção lucrativa, principalmente no que diz respeito as condições de qualidade de vida. O rural oferece tranquilidade, sossego, contato com a natureza, ar puro, cultivo de alimentos saudáveis como verduras e frutas que podem ser plantados e colhidos nas próprias casas, além de gastos menores de sobrevivência, já que são menores as necessidades do homem ao viver no rural comparadas ao viver no urbano. Vivendo no campo as pessoas ainda podem ter acesso a tecnologia, como internet, TV a cabo e redes de celulares, já que hoje em dia os sistemas de instalação e acesso estão cada vez mais avançados.

Monteiros possui todos estes benefícios citados acima, porém também possui problemas como a falta de emprego, já que os trabalhos oferecidos normalmente pelas fazendas são temporários e duros, não interessando aos jovens. Na comunidade também não há opções de lazer e educação, fatores estes que levam o crescimento do êxodo rural no povoado.

Com isso justifica-se a proposta de um centro comunitário na comunidade, que busque atender as necessidades descritas e colabore com a diminuição da migração rural, devido a tais necessidades.

1.3 Objetivos

Apresenta-se aqui os objetivos geral e específicos definidos para o desenvolvimento deste trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral do projeto é contribuir com a permanência do homem no campo, minimizando o processo migratório para as cidades, trazendo a todos melhores condições de qualidade de vida, preservação da cultura local e dando atenção digna as necessidades deste povo através da arquitetura, que se concretizará através do centro comunitário.

1.3.2 Objetivos específicos

Apresenta-se aqui os objetivos específicos como meio se de alcançar o objetivo

geral proposto:

- Analisar a importância da comunidade dos Monteiros para a região e para a população que nela vive, bem como sua história;
- Estudar sobre zonas rurais, sua importância para a sociedade e questões relacionadas ao êxodo rural;
- Estudar as atividades que são desenvolvidas na comunidade, especialmente as geradoras de fonte de renda;
- Estudar sobre Agroindústria familiar rural, Cooperativismo e Turismo Rural;
- Propor um centro comunitário para a comunidade, onde nele desenvolvam-se atividades de entretenimento, geração de renda, cultura e educação para a população local e região;
- Conhecer o terreno e analisar o sítio onde se pretende propor o projeto;
- Fazer um diagnóstico do entorno do terreno proposto;
- Fazer um estudo de obras análogas;
- Realizar todas as análises prévias e de viabilidade necessárias para o desenvolvimento do projeto pretendido.

1.4 Metodologia

Apresenta-se a seguir a metodologia proposta:

- Análise da comunidade dos Monteiros e sua importância para a população, através de visitas no local, entrevistas com os moradores e coleta de dados junto a Emater de São Francisco de Paula;
- Estudo sobre o histórico da comunidade através de conversas com os moradores do povoado;
- Estudo e análise de obras análogas, escolhendo-se quatro dentre as pesquisadas com elementos e estratégias a serem utilizadas como referência para a parte projetual deste trabalho;
- Diagnóstico do terreno onde se pretende propor o projeto, incluindo a visita in loco para levantamento topográfico e obtenção de informações sobre o entorno;

- Estudo das atividades desenvolvidas no povoado, bem como sua cultura, tradição e necessidades da população em todos os âmbitos;
- Estudo relacionados às zonas rurais, como a importância e conceituação das comunidades rurais, cooperativismo rural e turismo rural;
- Estudo de normas técnicas e leis para a segurança e a técnica legal do projeto;
- Confecção, na segunda fase, do projeto do centro comunitário e apresentação como resultado final do presente estudo.

1.5 Cronologia de atividades

Apresenta-se aqui a cronologia das atividades a serem realizadas para elaboração deste trabalho:

Quadro 1 – Cronograma de Atividades

Atividades	2016									
	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X						
Leitura de projetos		X	X	X						
Diagnóstico do terreno			X	X						
Fundamentação			X	X	X					
Formatação e revisão				X	X					
Apresentação					X					
Conceito e Partido						X				
Estudo preliminar						X	X			
Anteprojeto							X	X		
Projeto final								X	X	
Maquete eletrônica									X	X
Defesa do Projeto										X

Fonte: a autora, 2016.

2 REVISÃO TEÓRICA E HISTÓRICA DO TEMA

2.1 Importância e conceituação das comunidades rurais

No período em que vivemos, em uma sociedade que é guiada pelo capitalismo e pela era digital e tecnológica, e no ritmo acelerado onde a maioria das pessoas se encontram no meio urbano, realidade esta que começa até mesmo a chegar próximo de nós, nas pequenas e médias cidades, e onde o olhar arquitetônico se volta diretamente para as necessidades do urbano, falar de zona rural pode parecer soar a primeiro momento um assunto desatualizado e talvez desconexo. Porém, o meio rural possui extrema importância e está intimamente ligado com a cidade, por mais que não saibamos reconhecer diretamente esta ligação.

Segundo o professor do Departamento de Limnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil [2016] , comunidade pode ser definida como um grupo de indivíduos que vivem em um dado local, se conhecem pelo nome e irmanam-se pela mesma herança histórica e sociocultural; e rural pode ser conceituado como um espaço demarcado pela geografia, onde é possível desenvolver qualquer atividade humana, não somente voltada para a agropecuária ou extrativismo, e onde sua densidade populacional é considerada relativamente baixa.

De acordo com Tarpani (1991), podemos diferenciar as comunidades rurais das urbanas através de vários fatores, tais como:

1. Ocupação: o meio rural se caracteriza predominantemente por moradores que trabalham com a agricultura;
2. Condições ambientais: Estar em contato maior com a natureza e com os meios físicos interferem em diferenças psicológicas entre o homem rural e o homem urbano;
3. Tamanho do local: As zonas rurais são menos densas e menos populacionais;
4. Homogeneização: O rural tende a ser organizações sociais mais homogêneas e menos estratificadas.

É importante citar as diferenças entre o rural e o urbano como dito acima para melhor compreensão dos mesmos, porém, segundo Silva (1997), atualmente compreender a definição de cada um, através de suas diferenças, se torna cada vez mais complexo e ter o foco nestas diferenças não é tão importante quanto as demais questões. Em seu artigo, o Novo Rural, ele define a zona rural como uma extensão do urbano, havendo uma

interação entre estas atividades e os espaços que as abrigam. Isso se dá pelo fato da chegada da tecnologia e industrialização da agricultura no campo e contratação de mão de obra rural pelas indústrias.

Na verdade, está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano, mas isso, que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um continuum do urbano, do ponto de vista espacial; e, do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (SILVA,1997,p.43)

As transformações no campo são cada vez mais dinâmicas e esse fato é responsável por definir uma população ou localidade como rural ou urbana. De acordo com Silva (1997), alguns fatores se diversificaram como por exemplo:

- O fato de haver uma intensa urbanização nos últimos anos não significa que haja diretamente uma extinção do meio rural;
- Há entre o mundo rural e o urbano uma ligação e não mais uma separação nítida;
- Novos empregos na área rural se tornam um fator importante e que deve ser estudado;
- A moradia já não está ligada diretamente com o ambiente de trabalho;
- O trabalho no campo se torna cada vez mais diversificado;
- Atualmente ainda há uma certa preocupação quanto a erradicação da pobreza e implementação de serviços básicos em determinadas regiões.

A situação das zonas rurais brasileiras em que se encontram é de uma mudança ocorrida nos seus modos de organização devido a modernidade em que sofreu a agricultura, onde saíram beneficiados os grandes e médios produtores rurais e prejudicados os pequenos. Com isso identifica-se um intenso êxodo rural, redução da taxa de natalidade nessas áreas e sua população caracterizada por idosos e homens. (CAMARANO; ABRAVOMOVAY, 1999).

Assim a família rural também passa por transformações quanto a herança de valores, e já não se há certezas em relação à posse das terras e seu destino, nem quanto ao futuro dos filhos, consequência da dependência destes produtores à agroindústria e capital financeiro. (ZAGO, 2016)

Uma das principais causas de atenção e valorização do campo e que fornece esta ligação com a cidade é o essencial que ela produz, que é o alimento, fonte básica e

necessária para a vida de qualquer pessoa. É no meio rural onde se desenvolve as atividades primárias que movimentam e que fazem parte da economia do país, praticada pelos pequenos produtores, que realizam trabalhos na agricultura, pecuária, exploração vegetal e animal e conservação ambiental.

Outro fator importante do meio rural e que deve receber atenção é a relação do homem do campo com o meio ambiente. A natureza faz parte da ruralidade em questão e deve ser entendida e analisada como uma fonte de riquezas a ser preservada e não como um empecilho ao desenvolvimento agrícola, deve ser integrada à mecanismos de sustentabilidade para que a degradação da mesma não aconteça. (ZAGO, 2016)

Concentrando-se de maneira geral nas zonas rurais do país, é preciso reconhecer que tais se destacam como um mecanismo forte de desenvolvimento nos setores econômico, cultural e social brasileiros. Para que haja uma melhor contribuição por parte dos governantes nestes setores visando um crescimento e melhoria, é necessário que haja uma pesquisa e conhecimento desse mundo rural e como são suas formas de funcionamento, somente dessa forma é que se chegará ao desenvolvimento esperado dessas comunidades. (ROMÃO, 2006)

Ressalta-se também que é importante haver um estudo e planejamento baseado na consideração da participação da população rural e suas culturas. Para Zago (2016), um processo definido pela melhoria das condições rurais deve estar fundado primeiramente na erradicação da pobreza, e para que haja esta eliminação ou pelo menos redução desta, é atribuir-se dos benefícios que o próprio campo oferece como a capacidade produtiva e um aproveitamento do manejo sustentável dos recursos naturais, dessa forma, poderá ser aumentada a qualidade de vida do homem do campo.

2.1.1 Atividades importantes de desenvolvimento rural

2.1.1.1 Agricultura

A atividade agrícola é definida segundo Lopes (2004) como a produção de plantas e animais em determinado local, com o objetivo de produção de alimento para sustento de determinada comunidade, e segundo tal definição pode-se dizer que a agricultura foi determinante para a junção das primeiras comunidades humanas, sendo que através desta os primeiros homens utilizavam-se do fogo como limpeza da terra e de ferramentas para cultivo e plantio do solo e com isso aglomerações humanas começaram a se formar em

torno de determinada área, podendo ser ou não fixo.

A agricultura é de grande importância para a economia brasileira, de acordo com Spadotto (2002), engenheiro agrônomo e chefe geral da Embrapa Meio Ambiente, quase 40% do valor bruto da produção agropecuária vêm da agricultura familiar, sendo que dez trabalhadores do campo, cerca de oito estão ocupados em atividades familiares e que no Brasil 85 % dos estabelecimentos rurais detêm cerca de 30% da área total plantada no país.

Pode ser identificada como a de subsistência, familiar e comercial. A primeira muito parecida com a segunda refere-se à produção de alimentos para consumo próprio do agricultor e das famílias de sua comunidade, está ligada às necessidades de alimento da população rural da região. É realizada em pequenas áreas, com emprego de ferramentas como enxada e foice, não se utiliza de tratores e nenhuma forma de tecnologia. Este tipo de agricultura pode ser definido como familiar, onde quem cuida da terra é o próprio núcleo desta família, diferente da agricultura patronal, onde a mão-de-obra é contratada por um patrão dono da terra. Já a agricultura comercial é praticada com o intuito de comercialização, ou seja, produzir alimentos para serem importados ou exportados na região ou no país e é realizada por um setor profissionalizado e mecanizado. (SPADOTTO, 2002)

2.1.1.2 Pecuária

A pecuária é praticada desde há milhares de anos atrás, desde o período neolítico, surgiu pela necessidade do homem quanto ao alimento, e para obtenção deste, domesticou o gado para que houvesse produção de carne e leite para consumo. Em relação a números, o Brasil se destaca no mundo pela quantidade de gado que possui, sendo o líder no setor pecuarista. (LOPES, 2004)

Compreende a criação de animais e domesticação destes para fins econômicos. Fazem parte da produção pecuária a criação de bois, porcos, aves, cavalos, coelhos e búfalos e está diretamente ligada à agricultura, já que são praticadas no mesmo local e podem depender uma da outra em dados momentos. (SOUZA, [2016])

No período colonial a pecuária começou a ser desenvolvida no país de forma a ser um trabalho alternativo, para a sua prática era necessário a mão de obra de poucos trabalhadores e o pagamento destes pelo serviço prestado geralmente era feito por cabeça de gado. Cresceu entre as regiões Nordeste e Sul, quando as regiões Sudeste e Centro

Oeste tiveram a mineração como atividade principal. Nesta época também surgiu a comercialização de cavalos para fins de transporte. (SOUZA, [2016])

De acordo com Freitas [2016], há maneiras distintas de se desenvolver esta atividade, podendo ser elas extensiva e intensiva. A pecuária extensiva segundo o autor consiste na criação do gado em pastos extensos, podendo ser praticada por grandes fazendas ou por uma pequena família, é designada pelo tratamento do gado de forma livre, solta, sendo utilizado para o corte. Tem vantagens como baixo custo de manutenção e desvantagens como a ocupação de áreas grandes e má alimentação do animal. Já a pecuária intensiva utiliza-se de meios modernos de cultivo, onde o animal é criado em lugares fechados, com meios de produção baseados na tecnologia; possui elevado custo e necessita de pouca mão de obra, também caracteriza-se por necessitar de pouco espaço para sua prática e aumento da produção. Referindo-se a zona rural de Monteiro, é importante lembrar que dentre estas formas de prática pecuarista, a que se destaca é a desenvolvida de forma extensiva.

Há também diferentes formas de pecuária, não restringindo apenas a criação do gado, segundo Freitas [2016], são estas: pecuária de corte, pecuária de leite, pecuária de lã, equinocultura, suinocultura, avicultura, cunicultura, apicultura e a piscicultura. A seguir serão conceituadas a pecuária de corte, de leite e a apicultura, já que são as atividades praticadas em Monteiro, comunidade estudada neste trabalho. Segundo Lopes (2004) tais atividades são definidas como:

- **Pecuária de corte:** Destina-se a criação de gado com o objetivo de produzir carne para o consumo do homem. No Brasil é compreendida como uma das atividades econômicas principais do país.
- **Pecuária de leite:** Compreende como a criação de gado para obtenção de leite e com ele seus produtos obtidos, como o iogurte, queijos e manteiga.
- **Apicultura:** Definida como uma atividade de criação de abelhas de maneira consciente para comercialização dos produtos obtidos através destas, como o mel, a própolis, a cera ou até mesmo o veneno.

2.2 Cooperativismo rural

Segundo Onofre e Carbonera, (2011), entende-se por cooperativismo a união de trabalhadores e suas forças que se utilizando dos meios de produção, realizam todas as etapas do processo produtivo, obedecendo a detenção do capital e sendo a cooperativa

propriedade do conjunto da associação dos trabalhadores.

As cooperativas são organizações que funcionam a partir da detenção do capital dos cooperados, nasceu com o objetivo de defender os trabalhadores que não tinham oportunidades de crescimento no mercado capitalista e melhorar suas condições de sobrevivência através da força coletiva que é a cooperação. (SCOPINHO, 2006)

O cooperativismo no início da revolução industrial teve como idealistas Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier, que estudando os meios que as civilizações antigas se organizavam, concluíram que a cooperação pode mudar a sociedade e seus comportamentos através da organização social. Defendiam projetos sustentados em bases de ajuda mútua, associativismo, autogestão e igualdade. (SCOPINHO, 2006)

Segundo Onofre e Carbonera (2011), o cooperativismo é uma organização que não possui hierarquia de poder, todos os trabalhadores têm o mesmo valor e seu objetivo é suprir as necessidades de sobrevivência do homem. Porém, esse modo de organização cooperativista não funciona tão fielmente desta forma, utilizando da cooperação como meio de fortalecimento das condições econômicas, refletidas nas organizações de trabalho.

No campo há diversos problemas no meio trabalhista relacionado a contratos de trabalhadores e formalização das condições de trabalho, devido as variadas relações que existem como por exemplo, o assalariamento, parceria e arrendamento. Um meio para solucionar essas questões pode ser encontrado na união dos trabalhadores rurais através de uma cooperativa, onde os patrões dos empregados são eles próprios, havendo, porém, ter que ser feito para ser consolidado e formalizado tal organização, o contrato entre a cooperativa e um trabalhador rural. (ONOFRE; CARBONERA 2011)

No Brasil, o cooperativismo rural pode ser analisado como uma importante oportunidade de avanço e modernidade da agricultura, crescimento da economia no país e principalmente mecanismo de transformação social no campo. Ele foi visto como um movimento que possuía dois fatores distintos de identificação quando teve início no Brasil; de um lado era caracterizado como um mecanismo de organização e melhoria da agricultura exportadora tendo os latifundiários como os principais agentes; como também, foi um meio de desenvolvimento social e capitalista dos pequenos produtores rurais. Isso fez com que esse movimento se tornasse um instrumento de transformação social, pois a base que são as cooperativas são definidos como órgãos apoiados nos interesses sociais da classe dominante como um defensor e beneficiador social das classes dominadas. (SCOPINHO, 2006)

2.2.1 Agroindústria familiar rural

A agroindústria é definida segundo Ferreira (2008) como a indústria e suas relações com a agricultura, bem como as atividades econômicas desenvolvidas a partir de seus produtos.

É uma maneira de valorizar os produtos das comunidades rurais e representa uma forma de união entre as gerações, sendo que os conhecimentos e tradições relacionados às produções rurais são transmitidas pelos mais velhos e as tecnologias de processamento, administração e gestão empresarial são praticadas pelos mais novos. (SULZBACHER, 2009)

A seguir serão descritas algumas atividades que podem ser desenvolvidas em agroindústrias e cooperativas rurais, relacionadas com a comunidade rural de Monteiro:

- **Produção de doces e conservas:** Podem ser desenvolvidos trabalhos de beneficiamento de frutas para a fabricação de doces, onde serão conservadas e transportadas para as cidades para comercialização. Monteiro é uma terra fértil, onde é possível encontrar nas hortas e pomares de quase toda casa uma variedade de vegetais e frutas. Com isso, para a agroindústria não faltará matéria prima para o processamento dos produtos. Encontra-se na comunidade, frutas como: goiaba, banana, laranja, tangerina, jabuticaba, ameixa, amora, gabioba, manga, lichia, uva e maracujá. Os moradores do povoado e ao mesmo tempo trabalhadores da cooperativa poderão ser os próprios fornecedores dessa matéria prima e incentivadores de novas plantações dessas árvores frutíferas para que haja maior produção de frutas. A agroindústria se adequará as épocas de colheita de cada safra.
- **Produção artesanal de queijo:** Há no povoado muitos criadores de gado leiteiro, onde o leite obtido é comercializado e vendido para as fábricas de laticínios das cidades, normalmente por um preço muito baixo e desestimulador para os produtores. Com a cooperativa propõe-se que esse leite fique na agroindústria da própria comunidade e seja matéria prima para a produção de queijos.
- **Produção de pães e biscoitos:** Sendo uma tradição familiar passada de mãe para filha, as mulheres monteirenses, carregam consigo esse costume de cozinhar e preparar quitutes como biscoitos de polvilho, broas de fubá, roscas e pães de queijo. Normalmente feitos em grandes quantidades para ocasiões especiais em fornos de tambor construídos no quintal da casa. Com o desenvolvimento dessa

atividade na cooperativa será um meio de preservação dessa tradição, além da geração de renda para as donas de casa.

Para correta análise da higiene sanitária que deve conter os espaços de uma agroindústria, fez-se um estudo sobre as diretrizes referentes aos mesmos. (ANEXO B).

2.2.2 Trabalhos artesanais

Segundo Lody (1986), os trabalhos artesanais são considerados como um bem cultural de uma sociedade, e o fundamento e beleza destes se encontram na arte de dominar a técnica que as pessoas que os produzem possuem, e pode ser explorado de forma a beneficiar a região onde é desenvolvido.

O artesanato é uma maneira de expressar a cultura de uma população e representa muitas vezes a história do local onde é desenvolvido. Segundo Brasil (2012), nosso país possui conceitos básicos que definem essa atividade, a seguir estes serão apresentados:

- **Artesão:** É o profissional que transforma a matéria prima bruta em um produto acabado, através de seu trabalho que é desenvolvido manualmente;
- **Mestre artesão:** É aquele que se destacou no trabalho artesanal de sua comunidade, sendo referência para aqueles que se iniciam neste ofício.
- **Arte popular:** Define-se como as artes que evidenciam o modo de ser e de viver de um povo e de uma localidade.
- **Trabalhos manuais:** Normalmente são utilizados moldes industrializados para a confecção das peças e não possui uma relação cultural com a região onde se desenvolve.
- **Produto típico:** Resulta-se da matéria prima da comunidade onde é produzido, revelando sua identidade.

Diante dessa conceituação, considera-se que o artesanato, atividade a ser desenvolvida no centro comunitário, pelos moradores de Monteiro, é um meio sólido de resgate da cultura do povoado e gerador de fonte de renda. Além de possuir matérias primas disponíveis, como exemplo o bambu, abundante na comunidade, podendo ser utilizado para confecção de cestas, balaios, entre outras peças artesanais.

2.3 Turismo rural

O turismo rural pode ser definido segundo Almeida (2000), como o turismo sustentado pelo desenvolvimento das atividades da zona rural como a agricultura e a pecuária. Surgiu como uma solução no meio fundiário no momento em que este passou por uma crise econômica juntamente a desvalorização e falta de apoio ao homem do campo.

De acordo Zimmermann (2000) esta atividade conceitua-se como todas as ações turísticas praticadas no meio natural e sua geração envolve muitos fatores comuns com outras atividades no mesmo local como o turismo ecológico, cultural, aventura e esportivo. Pode também ser chamado como turismo de interior, turismo verde, turismo diferente e turismo alternativo.

Para que se possa considerar um local onde haja essa atividade é preciso observá-lo não como uma oposição à cidade, contudo que possua fatores importantes como: a história de como se deu a ocupação do local, estrutura fundiária, características da paisagem, agronomia e os trabalhos realizados na região bem como a economia, demanda e empreendimento. (RODRIGUES, 2003)

O turismo rural não é algo recente, ele já começava a existir no século XIX, na Europa, como uma fuga da rotina cansativa provocada pelas cidades industriais. Em sua forma mais original que é desenvolvido, deve estar localizado em comunidades rurais que sejam pequenas, que sejam locais que proporcionem aos visitantes relação com a natureza e com a história, cultura e tradição do local. Foi desenvolvido um estudo nos Estados Unidos em que mostra que os turistas que procuram as zonas rurais como meio de lazer, buscam na verdade a simplicidade e autenticidade do rural, próprias do dia-a-dia, porém, não abrindo mão da comodidade a que são acostumados. (RUSCHMANN, 1991)

Esta atividade pode ser responsável por funções muito importantes nos povoados rurais pois é um mecanismo de preservação ambiental no território e assegura a conservação dos trabalhos agrícolas e por consequência a continuidade da família rural no campo. Deve estar associado diretamente aos trabalhos da localidade, bem como o meio ambiente, isso assegura a sustentabilidade do turismo rural que se associa aos princípios culturais, ecológicos e econômicos da região. (ZIMMERMANN, 2000)

O meio rural não é identificado somente pelo ambiente em que se insere, ou seja, a paisagem geográfica rural, porém a estrutura e as relações sociais que ali são exercidas são importantes. Existem muitos trabalhos que são realizados nas comunidades rurais e

que precisam ser considerados quando se pensa em desenvolver qualquer projeto em alguma comunidade, são locais onde pessoas trabalham e vivem, e exercem ocupações de grande valor para a vida de toda a sociedade; são também lugares propícios ao lazer e a cultura. (PRESVELOU, 1993)

Segundo Zimmermann (2000), quando se inicia um programa de turismo rural em qualquer região deve analisar alguns aspectos, a seguir serão citados e descritos cada um deles:

- Insumos da atividade: São todos os elementos que compõem o objeto turístico ofertado, como acesso, hospedagem, comida, clima, artefatos que serão comercializados, recreação, cultura e história do local;
- Pesquisa sobre a possibilidade de implantação do turismo rural na região: Os responsáveis por idealizar o projeto devem fazer uma pesquisa de campo, analisar a potencialidade do local para o desenvolvimento desta atividade e o seu potencial econômico;
- Busca de empreendedores: Procurar apoio junto as prefeituras e órgãos públicos, porém é necessário que se faça um plano claro de apresentação do projeto.
- Estímulo ao turismo rural: buscar apoio junto a organizações como o Sebrae, Abratur, Embratur e Senar;

Pode-se pensar que para uma região ser propiciadora do turismo rural tenha que ter traços naturais extraordinários, porém isso não é necessário, basta que possua uma cultura bem estabelecida, ofertando ao turista características próprias originais do local ainda mantidos como os pratos e iguarias e os costumes e tradição dos moradores que ali vivem. (SCHNEIDER, 2000)

O que sustenta e proporciona o turismo rural em determinada localidade é o reconhecimento do ambiente, da história, da tradição e da paisagem e principalmente do sossego do lugar e para que tal atividade seja desenvolvida é preciso que no povoado em que se insere tenham moradores permanentes que sejam capazes de transmitir as bases tradicionais da comunidade e prestem os serviços procurados pelos visitantes, com acolhimento e valorização de suas raízes. Contudo com o intenso êxodo rural, algumas regiões estão quase que desabitadas e talvez não atendam tão bem à estas procuras. (CAVACO, 1992)

Um dos fatores importantes que devem ser estudados quando se deseja que uma comunidade cresça e se desenvolva é a exploração das características próprias do lugar e

seu potencial em todas as áreas. O turismo rural deve ser uma atividade abrangente e constitui-se como uma oportunidade de desenvolvimento local, onde a própria população do local se beneficie das riquezas locais, deve ser uma atividade própria do local e seus agentes devem ser os próprios moradores. É necessário também que haja relação sustentável e harmônica entre os agentes dessa atividade, o órgão público municipal, a comunidade e os patrocinadores, empresas privadas. (CAMPANHOLA, et al.,1999)

Segundo Silveira 2003), para que uma zona rural se desenvolva fora as produções agrícolas é um impasse a ser discutido, logo que estas atualmente já não são capazes de manter com eficiência a economia do local. Como solução desse problema recorrer aos recursos do lugar que agregue novos trabalhos pode ser uma boa alternativa e o turismo rural pode se integrar à essas atividades como uma fonte geradora de renda. Ele deve se iniciar baseado em um acordo e vontades comuns dos moradores e dos agentes de tal atividade, e que estejam decididos em alcançar os mesmos objetivos.

Um atrativo importante para o turismo rural é a paisagem, já que ela define uma mudança de lugar. Quando alguém sai de da cidade para uma viagem turística, o que muitas vezes procura é o desligamento com a rotina, dando-se por meio normalmente da ruptura física do ambiente. A paisagem rural pode se dar através de vários elementos como a vegetação natural, reflorestamentos, áreas que possuam água como lagoas, rios, cachoeiras, e paisagens modificadas pela ação do homem como caminhos e estradas. (PIRES, 2003)

O Brasil contém paisagens ricas consequentes de seu território que é extenso e suas contradições ambientais. Paisagens belas e que são notadas pelos visitantes em muitas regiões do país e que carregam consigo especificidade são por exemplo: áreas cultivadas; construções antigas como a roda d'água e casas com estilo de uma arquitetura expressiva; elementos rudimentares como fornos, estábulos, muros de pedra, moinhos, alambiques; aldeias, povoados, paragens antigas; travessias, pontes, caminhos. (PIRES, 2003)

Em fim o turismo rural vai muito além do que uma temporada de férias em hotéis fazendas, envolve qualquer atividade turística desenvolvida no campo e é um mecanismo forte de desenvolvimento de comunidades e diversificador do turismo nacional. (SILVEIRA, 2003)

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

3.1 Breve histórico

De acordo com pesquisas feitas na comunidade junto aos primeiros moradores do lugar, José Eurides e Joaquim Rita (86, 94 anos), Monteiros surgiu há aproximadamente 100 anos. Quando eram crianças, no povoado haviam poucas casas, não existia estradas, o que havia eram brejos e estreitas vielas que serviam de passagem entre as residências.

Segundo estes senhores, o surgimento da comunidade se deu através do primeiro morador que se chamava Antônio Monteiros. Conta-se que este veio da cidade de Lavras MG à procura de uma herança de terras que seu pai tinha deixado. Chegando a região das possíveis terras, este gostou do lugar e decidiu fixar morada.

Com sua morte e não havendo ninguém de sua família que tinha interesse nestas terras deixadas por ele, pessoas de comunidades vizinhas fizeram uso capião destas e com isso surgiram as primeiras casas e os primeiros moradores.

O povoado atualmente possui cerca de 100 famílias e 350 moradores, pertence ao município de São Francisco de Paula e localiza-se a 13 km de distância da sede administrativa. Também tem estradas de acesso às cidades de Carmo da Mata, à 15 km e Oliveira, 25 km.

A comunidade possui características que a tornam um lugar agradável de viver, é uma área segura e de fácil acesso, além de carregar consigo aspectos típicos da ruralidade, como a tranquilidade e o sossego. Atributos estes que tem feito com que algumas pessoas que moram nas cidades ao conhecerem a região adquiram terras e construam sítios para passarem finais de semana. Vizinhos a ela, há dois vilarejos, denominados Campos e Lagoinha, que são também áreas rurais que possuem as mesmas características, sendo apenas povoados menores.

Monteiros conta com equipamentos rurais de interesse público como uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde onde acontece atendimentos semanais, uma Igreja Católica, uma pequena Capela com um cruzeiro e um bar-mercearia. A comunidade dispõe de iluminação pública em ruas onde possuem maior número de casas e dois orlhões públicos. A seguir serão mostradas algumas imagens dos equipamentos comunitários que a comunidade dispõe.

Figura 1 – Posto de saúde e escola



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Na FIG. 1 podemos ver do lado esquerdo a escola municipal cujo nome é Padre Joaquim Cardoso e do lado direito o posto de saúde público da comunidade. Os dois equipamentos encontram-se no mesmo terreno, tendo um muro que os divide.

A escola possui 2 salas de aula e em cada sala apresenta duas séries diferentes de ensino. As aulas são oferecidas pelo município e são transmitidas por professoras que moram na cidade de Carmo da Mata e que viajam diariamente até a comunidade para prestar esse serviço.

O posto de saúde oferece atendimento médico semanal aos moradores, as consultas são agendadas por um agente de saúde, morador do próprio povoado.

Figura 2 – Capela e Cruzeiro



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Na FIG. 2 é mostrada a capela e o cruzeiro que foram construídos pelos próprios moradores como sinal de devoção à Nossa Senhora do Rosário e para ser um local de apoio à festa do Congado que ocorre todos os anos na comunidade. As mulheres do povoado encontram-se semanalmente neste espaço para realizarem momentos de oração como terços e novenas.

Figura 3 – Bar – mercearia



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Na FIG. 3 é mostrado o bar-mercearia da comunidade, que é um espaço que possui extrema utilidade para os monteirenses, pois nele são vendidos diversos produtos básicos, como alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza. Sendo também um bar, é um ponto de encontro e lazer principalmente para os jovens do local, que se reúnem para conversarem, jogarem sinuca e ouvirem música.

Figura 4 – Igreja



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Acima, na FIG. 4 nos é mostrado a Igreja do povoado que se localiza numa parte mais alta da comunidade. Têm como padroeira Nossa Senhora Auxiliadora e todos os anos no dia Dela, acontece uma festa no povoado em sua homenagem. Mensalmente no templo, celebra-se uma Missa por um padre da cidade vizinha, São Francisco de Paula, e os moradores ali se reúnem dominicalmente para prática da religião.

3.2 Condição socioeconômica

É um povoado de condição social classe média baixa, onde a maioria dos moradores são já aposentados e os que não são, trabalham na própria comunidade autonomamente e prestando serviços para fazendeiros da região através da agricultura e da pecuária. No período da safra e colheita do café, é onde quase toda a população monteirense possuem, e os moradores utilizam-se dessa época para a reserva de economias para que possam se sustentar nos demais meses onde não há trabalho fixo.

Figura 5 – Terreiro de café



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Na FIG. 5 é mostrado a distribuição dos grãos de café em grandes leiras. Esse processo é feito logo após a colheita e lavagem do mesmo, e para que o produto possa ser armazenado usa-se este método de secagem. O dono do terreiro e das lavouras de café, o senhor Vicente Diniz, é um morador do povoado que possui tradição nesta área de trabalho, oferecendo emprego a muitas pessoas na época da safra.

3.3 Análise cultural

As práticas culturais de Monteiro se exercem especialmente em torno da fé e religiosidade dos habitantes do local, como a festa do congado, folia de Reis, festa de Santa Cruz e o Terço de São Gonçalo, que acontecem tradicionalmente todos os anos.

Conta-se também que no povoado, outrora eram famosos os bailes de forró que aconteciam nas casas dos moradores, que se reuniam para comemorarem celebrações de casamentos, batizados, aniversários ou as vezes sem nenhum motivo específico, se encontravam somente pela harmonia, convívio e diversão. Estes bailes eram realizados em tendas de lona, nos terreiros das residências, tudo com simplicidade, porém quando comentado pelos mais velhos, evidencia-se a saudade e a boa lembrança que estes trazem dessas festividades.

Figura 6 – Festa de Santa Cruz



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

De acordo com relatos dos habitantes, a tradição de se celebrar a festa de Santa Cruz surgiu como devoção pelos primeiros moradores, possivelmente escravos. Diz-se que no início da povoação de Monteiro não haviam Igrejas, nem Capelas, tampouco celebrações de Missas. Com isso, edificar uma Cruz significava para aquele povo uma maneira de estar próximo de Deus e ser uma demonstração de fé. Assim todos os anos essa história é resgatada celebrando-se a festa de Santa Cruz no dia 14 de setembro. Nessa festividade a Cruz é enfeitada por flores, bandeirinhas e bananeiras como mostrado na FIG. 6, e os moradores se reúnem durante três dias anteriores a festa, para rezarem no local.

4 LEITURAS DE OBRAS ANÁLOGAS

Apresenta-se aqui quatro obras com elementos e estratégias que serão utilizadas como referência para a parte projetual deste trabalho.

4.1 Centro comunitário de Fitzgibbon

Arquitetos: Richard Kirk Architect

Localização: 545 Roghan Road, Fitzgibbon 4018, Austrália

Área: 600 m²

Ano do projeto: 2010

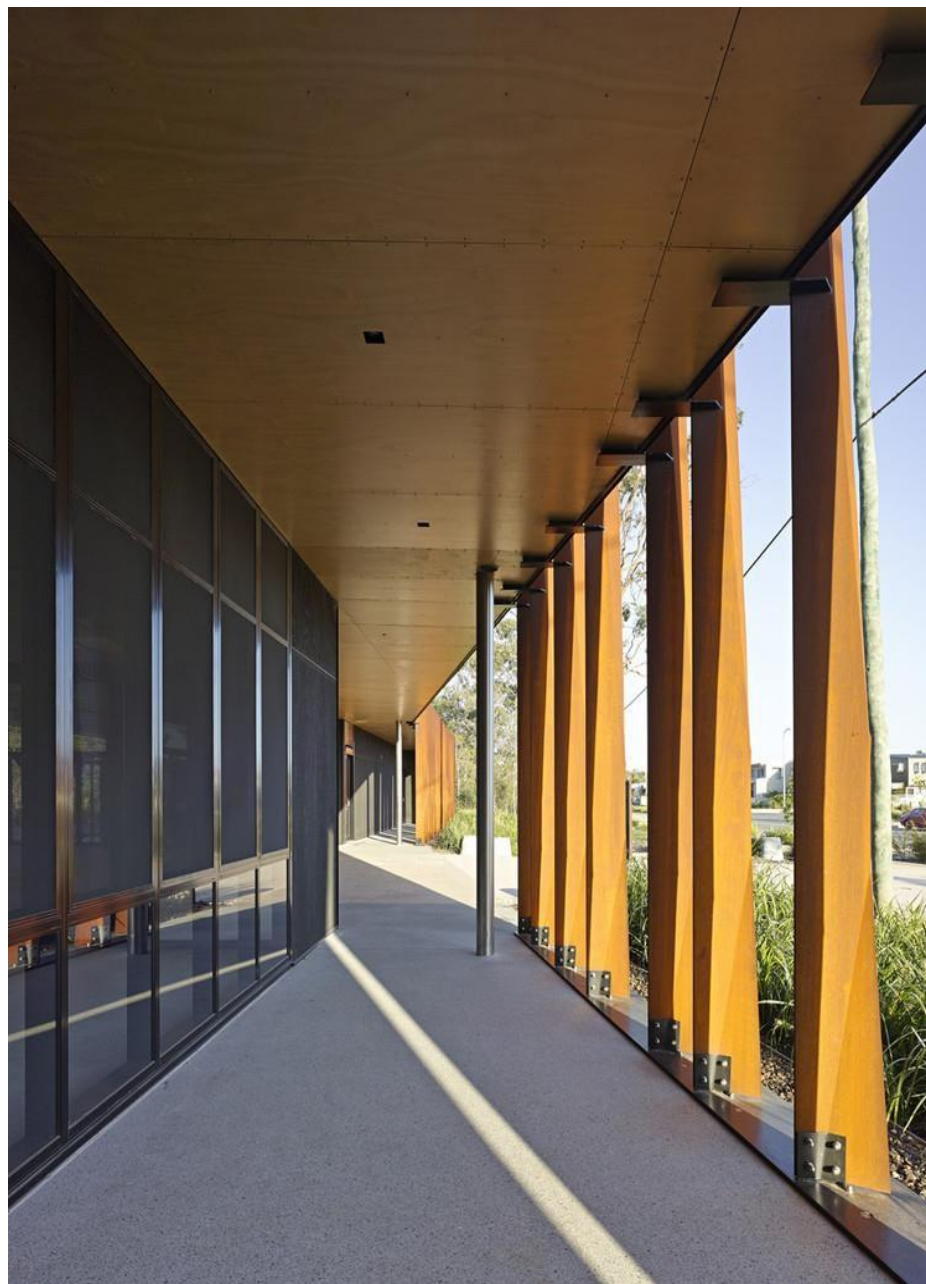
Figura 7 – Centro comunitário Fitzgibbon (vista posterior)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/BwvatPOZJs/centro-comunitario-de-fitzgibbon-slash-richard-kirk-architect>. Acesso em: 20 abr. 2016.

É um espaço abstrato e discreto ao mesmo tempo, utiliza-se de materiais ousados, destacando-o ao entorno. Cercado por lâminas de aço como elementos esculturais, procura lembrar as carrocerias corroídas de veículos que eram jogados como entulho no terreno. Por trás desses aços, o edifício é revestido de madeira compensada, com grandes panos de vidros móveis, permitindo ventilação natural. (ARCH DAILY, 2014)

Figura 8 – Centro comunitário Fitzgibbon (entrada principal)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/BwvatPOZJs/centro-comunitario-de-fitzgibbon-slash-richard-kirk-architect>. Acesso em: 20 abr. 2016.

O núcleo central do centro é um grande espaço aberto, porém coberto, que forma uma porta de entrada no eixo do novo centro comercial de Fitzgibbon com as áreas mais selvagens ao norte. Esta porta de entrada age como um ponto de partida, também ponto final para as trilhas, com algumas comodidades essenciais e outros espaços comerciais. (ARCH DAILY, 2014)

Figura 9 – Centro comunitário Fitzgibbon (fachada principal)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/Br/BwvatPOZJs/centro-comunitario-de-fitzgibbon-slash-richard-kirk-architect>. Acesso em: 20 abr. 2016.

O edifício tem a sua fachada principal não integrada à rua, com o seu alinhamento de fachada adequado a poucas árvores que existem no local. Isto auxilia o projeto de uso misto de centro social, possuindo espaços de saúde, escritórios, espaços de reuniões, comércio e salões comunitários. (ARCH DAILY, 2014)

A escolha desse projeto como obra análoga se deu pela análise de alguns fatores considerados importantes e que pretende-se utilizar na elaboração do centro comunitário: como a forma com que foi utilizado os materiais, destacando-os na fachada, como por exemplo, o aço; com isso propõem-se empregar essa ideia no projeto elaborado aplicando formas ou elementos construtivos que o destaquem. Nessa obra há a utilização de elementos construtivos que remontam a lembrança da história do local; assim também procurará resgatar a história da comunidade de Monteiro, quanto à arquitetura, utilizando-se de materiais e técnicas construtivas que eram executadas décadas atrás. O emprego dos painéis de vidro permitindo a ventilação natural, material este que será empregado no centro com essa finalidade. O projeto apresentado é uma construção mista que abriga espaços diversos; O centro por sua vez será uma construção que atenderá diferentes necessidades dos moradores do local, sendo também assim um projeto de espaços mistos.

4.2 Tecnocentro de Salvador

Arquitetos: Sotero Arquitetura e Urbanismo – Adriano Mascarenhas (autor)

Localização: Salvador – Bahia, Brasil

Área: 26.842 m²

Ano do projeto: 2012

O Tecnocentro é o primeiro edifício concluído do parque tecnológico de Salvador. Possui uma infraestrutura completa para as atividades das instituições. Nele são oferecidos serviços especializados como o núcleo de propriedade intelectual, centro de inteligência de mercado e incubadora de empresas. Conta também com laboratórios compartilhados, salas de treinamentos e espaços de apoio, convenções e exposições, como também áreas de convivência e cafés. (ARCH DAILY, 2012)

Figura 10 – Tecnocentro de Salvador (vista lateral)



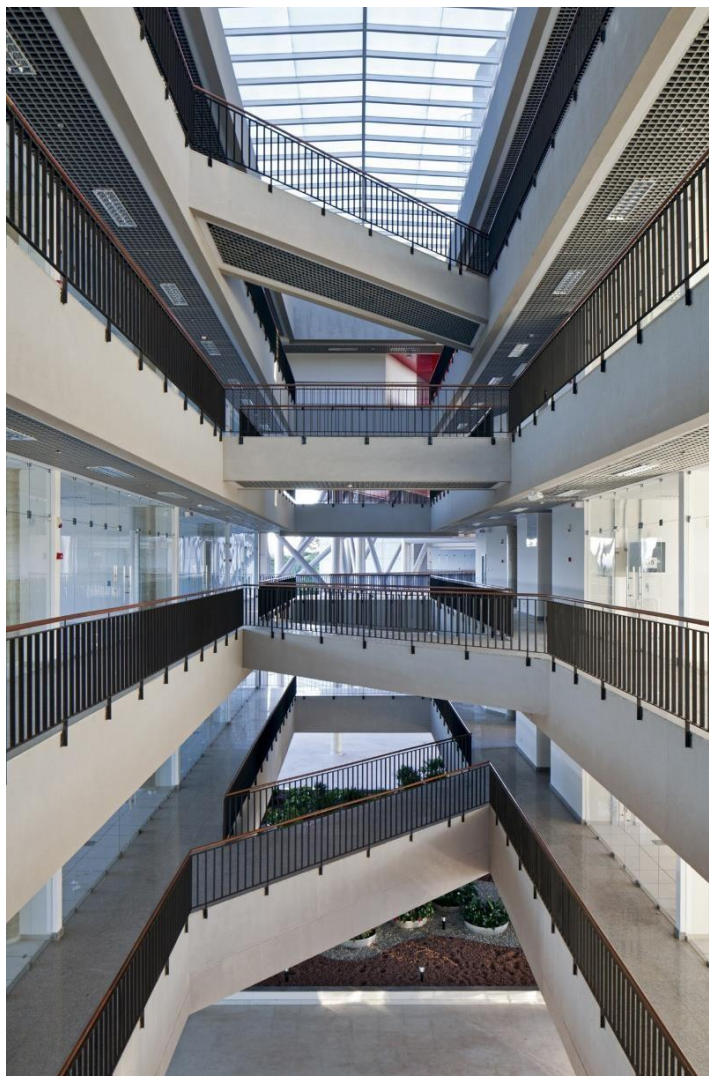
Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-89494/tecnocentro-slash-sotero-arquitetura-e-urbanismo>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

O projeto está subdividido em cinco elementos; o edifício principal contém 3 níveis de garagem, térreo e 4 pavimentos com salas. A biblioteca é interligada por uma rampa

pelo nível do térreo do prédio. Ela possui 2 pavimentos e é composta por salas de estudo, multimídia e área de acervo. (ARCH DAILY, 2012)

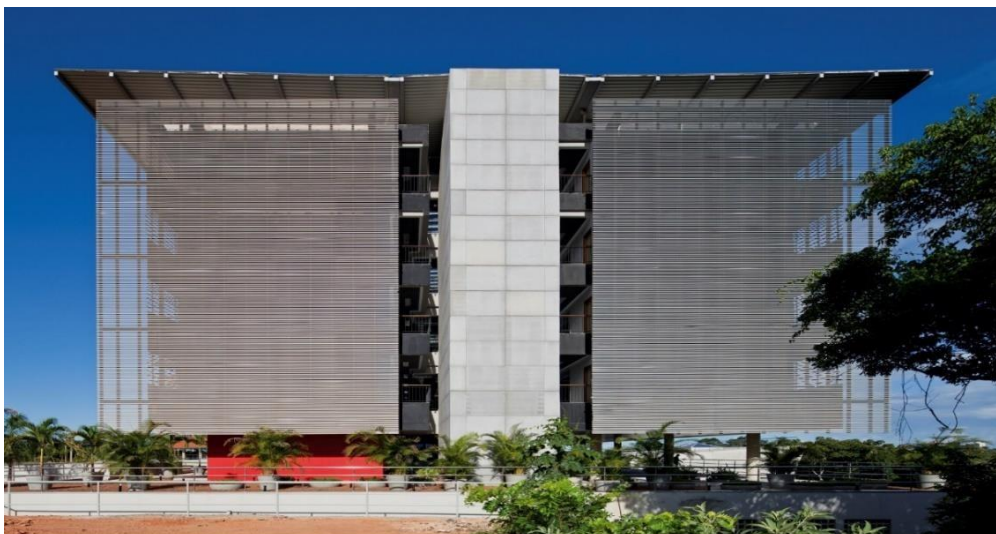
Figura 11 – Tecnocentro de Salvador (acessos às salas)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-89494/tecnocentro-slash-sotero-arquitetura-e-urbanismo>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Com o pressuposto urbanístico e arquitetônico o edifício foi implantado em uma área de maior capacidade de aproveitamento construtivo e de grande potencial panorâmico, através de soluções que criaram volumes livres, aproveitando a topografia e os elementos paisagísticos. O projeto conta com iluminação zenital e ventilação natural cruzada, as salas possuem interação entre si e se complementam, havendo sobreposição e ambientes externos e internos, públicos e privados. (ARCH DAILY, 2012)

Figura 12 – Tecnocentro de Salvador (vista posterior)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-89494/tecnocentro-slash-sotero-arquitetura-e-urbanismo>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

O tecnocentro auxiliou na concepção de ideias para a projeção do centro comunitário, tais como a iluminação zenital, que é uma técnica necessária e que será empregada no projeto quando não for possível aberturas horizontais; a ventilação natural cruzada que concederá aos espaços da edificação maior conforto; a interação e complementariedade das salas, conceito que será utilizado no projeto; além da ligação entre os ambientes internos e externos. O tecnocentro também foi escolhido como referência pela sua volumetria e a forma com que se conectam os blocos, sendo uma proposta interessante e que servirá de inspiração na concepção das fachadas do centro comunitário.

4.3 Centro comunitário fai - fah

Arquiteto: Stephen Pimbley

Localização: Bangkok – Tailândia

Área: 569 m²

Ano do projeto: 2012

Fai-Fah, significa “energia da luz”, é um projeto social corporativo. Tem como objetivo a transformação da sociedade tailandesa através do trabalho com crianças e

adolescentes dos bairros mais carentes, utiliza as artes como um mecanismo de desenvolvimento e pensamento criativo das crianças. (ARCH TENDÊNCIAS, 2014)

Figura 13 – Centro comunitário fai – fah (sala multifuncional)



Fonte: <http://archtendencias.com.br/arquitetura/centro-comunitario-fai-fah-spark/>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

O edifício possui 5 andares que incluem: sala de estar multifuncional, estúdio de arte, biblioteca, galeria, estúdio de dança e um jardim no último piso. Ele se localiza em um bairro residencial e ocupa um espaço que antes eram duas lojas. Sua fachada e as cores fortes interiores refletem a colaboração dos protagonistas do projeto e seu conceito. (ARCH TENDÊNCIAS, 2014)

Figura 14 – Centro comunitário fai – fah (fachadas)



Fonte: <http://archtendencias.com.br/arquitetura/centro-comunitario-fai-fah-spark/>.

Acesso em: 20 abr. 2016, adaptado pela autora.

As atividades desenvolvidas na fai-fah impulsionam a imaginação dos jovens e adultos e inspira os moradores do bairro a olharem para as coisas comuns de forma diferente, deram as crianças um senso de realização, pois estas fizeram parte do processo criatório do projeto. (ARCH TENDÊNCIAS, 2014)

Figura 15 - Centro comunitário fai – fah (salas multifuncionais)



Fonte: <http://archtendencias.com.br/arquitetura/centro-comunitario-fai-fah-spark/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

A FIG. 15 mostra a disposição das estantes e mobiliários da sala que é um espaço multifuncional, percebe-se que nesse ambiente podem ser desenvolvidas diversas atividades pelas crianças como a música, leitura, artes e brincadeiras.

Figura 16 - Centro comunitário fai – fah (recepção)



Fonte: <http://archtendencias.com.br/arquitetura/centro-comunitario-fai-fah-spark/>. Acesso em: 20 abr. 2016.

O centro comunitário fai-fah é uma obra que contém importantes informações que auxiliarão na concepção do projeto a ser desenvolvido. Foi escolhido como um modelo de centro principalmente no que diz respeito a relação da arquitetura e seus usuários, pois seus ambientes foram concebidos com a ajuda e opinião das crianças que os utilizariam. Dessa forma para a projeção do centro comunitário Paulo Soares, serão consideradas a opinião e ideias dos moradores de Monteiro, auxiliando no processo criatório da edificação.

4.4 Arco em Bandar Rimbayu

Arquitetos: Garis Architects

Localização: Periwinkle, Bandar Rimbayu, Selangor, Malásia

Ano do projeto: 2014

Figura 17 - Arco em Bandar Rimbayu (vista aérea)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/783014/the-arc-em-bandar-rimbayu-garis-architects>. Acesso em: 20 abr. 2016.

O conceito do projeto refere-se ao desejo e ação humana de se fixar em um lugar, interferindo na paisagem. Os espaços sociais do projeto se localiza no centro de um espaço público pertencente a comunidade. Assim o ‘arco’ é planejado com o objetivo

de abrigar as atividades comunitárias, sociais e recreativas, ser um lugar de convívio dos moradores e eventos esportivos. (ARCH DAILY, 2016)

Figura 18 - Arco em Bandar Rimbayu (espelho d'água e acesso às salas)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/783014/the-arc-em-bandar-rimbayu-garis-architects>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

O projeto se adequa as condições naturais do clima tropical, como o sol, calor, umidade e chuva. Pensando nessas condições surge uma passarela alta e coberta como o lugar da prática das atividades. Tal cobertura é feita por vegetação, mantendo assim o espaço resfriado e sendo um lugar de vistas panorâmicas e um lugar de recreação. (ARCH DAILY, 2016)

Figura 19 - Arco em Bandar Rimbayu (passarela coberta por vegetação)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/783014/the-arc-em-bandar-rimbayu-garis-architects>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

Seu nome surge pela forma como o projeto se dispõe, sendo um arco plano que envolve o espaço verde aberto. Possui extremidades que se rebaixam e permitem o acesso de pedestres por rampas. O Arco possui equipamentos públicos como grandes áreas verdes, passarela com cobertura verde conectada com o térreo e sendo um espaço de recreação, banheiros, lotes comerciais comunitários, campo poliesportivo e playgrounds, salas multiuso, espaços comunitários e estacionamento. (ARCH DAILY, 2016)

Figura 20 - Arco em Bandar Rimbayu (vistas panorâmicas)



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/783014/the-arc-em-bandar-rimbayu-garis-architects>. Acesso em 20 abr. 2016.

O Arco é um projeto sustentável que responde bem ao clima, possui finalidades diversas de adaptabilidade e estímulos comunitários nos trabalhos sociais e atuação de jovens em projetos educativos. (ARCH DAILY, 2016)

Adotou-se a obra apresentada como obra análoga pelos seguintes aspectos: é um projeto que possui grande complexidade de espaços, abrigando atividades mistas para os moradores; a interferência e relação com a paisagem utilizando-se de grandes espaços de vegetação; e sustentabilidade aplicada. Conceitos considerados relevantes e que serão empregados no centro comunitário Paulo Soares.

5 DIAGNÓSTICO DO SÍTIO

A área onde se localiza o terreno e o entorno em que o circunda, serão aqui estudados a fim de se diagnosticar as possíveis influências sobre o projeto.

5.1 Estudo do entorno e da área de projeto

Figura 21 – Terreno (área projetual)



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

O terreno escolhido localiza-se no centro da comunidade dos Monteiros. É uma área que pertencia ao morador do povoado Paulo Soares e que foi doada por ele à comunidade a fim de ser um campo de futebol para lazer e esporte dos jovens do local. Durante muitos anos esse espaço foi utilizado com essa finalidade, havendo campeonatos de futebol entre times das comunidades vizinhas e das cidades próximas, Carmo da Mata e São Francisco de Paula.

Atualmente pela carência de jovens, sobretudo rapazes, no povoado e nos povoados vizinhos, dissipou-se os times e os campeonatos de futebol rural, fazendo assim com que o campo se tornasse um local quase que abandonado e sem utilidade. Porém, ainda assim alguns jovens dos Monteiros utilizam uma pequena área deste terreno para jogarem futebol aos domingos de manhã, já que é um espaço de grande extensão e são poucos os rapazes que se reúnem.

Tem proximidade com a escola, com o posto de saúde, com um orelhão público e com um bar-mercearia. É um lote com topografia regular e possui uma área 11250 m².

5.2 Estudo de mapas-síntese

Para estudo do terreno e da comunidade onde será proposto o centro comunitário, demarcou-se as áreas para melhor entendimento dos mesmos (FIG.22). A demarcação em vermelho refere-se a maior concentração de casas no povoado. Pela análise desse mapa pode se ter a impressão de que a área de projeto, demarcada em amarelo, está localizada em um local distante da comunidade, porém ressalta-se que o terreno se localiza no centro do povoado, no entanto a parte acima do terreno possui menor número de famílias, por isso o estudo se concentrou na área abaixo do terreno onde localiza-se maior densidade populacional.

Figura 22 – Área de estudo



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2016.

O estudo de insolação e ventos na área projetual, foi desenvolvido para que a edificação receba conforto ambiental adequado para os usuários. A disposição dos ambientes do centro será disposta de acordo com essa análise, onde buscará localizar as aberturas na fachada leste para recebimento da insolação na parte da manhã e evitar aberturas na fachada oeste no verão, e aproveitará a fachada norte para aquecimento das áreas que necessitem. Os ventos possuem direção de leste para oeste, serão também considerados nas condicionantes de conforto da edificação (FIG.23).

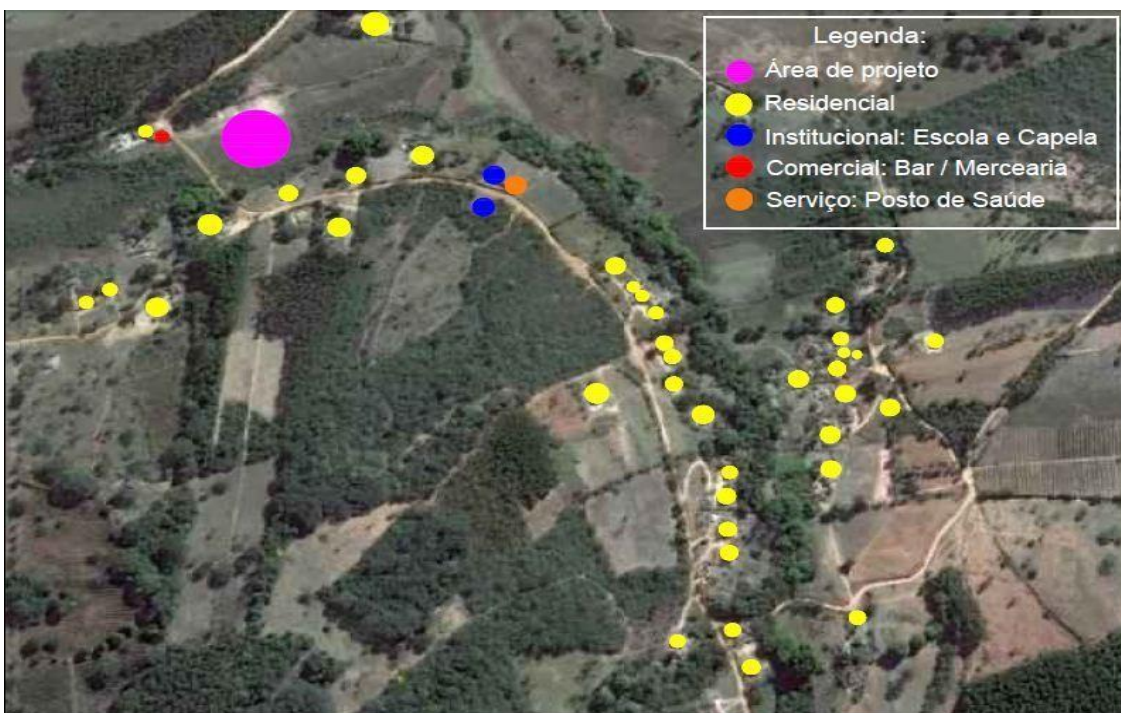
Figura 23 – Estudo de insolação



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2016.

Na FIG. 24, demarcou-se a concentração das casas da comunidade na parte abaixo e próxima ao terreno, em amarelo. Com isso, observa-se aproximadamente o número de pessoas que se beneficiarão mais proximamente do centro comunitário, sendo cerca de 40 famílias. Porém, como dito em pesquisas junto ao povoado feitas acima, Monteiro possui atualmente 100 famílias residentes, significando assim que é maior o número de beneficiados do projeto. Nesse mapa também observamos os equipamentos rurais que a comunidade possui, como serviços (posto de saúde), comercial (bar/mercearia), institucional (Capela e escola).

Figura 24 – Uso e ocupação do solo e equipamentos rurais



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2016.

No mapa a seguir observamos os mobiliários rurais que a comunidade dispõe, que são postes de iluminação pública, demarcados em azul e 2 orelhões públicos, demarcados em amarelo (FIG.25).

Figura 25 – Mobiliário rural



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2016.

Na FIG. 26 analisa-se as áreas de APP em verde escuro e as áreas de reserva legal em verde claro, além da hidrografia, em azul claro, sendo um rio que corta o povoado e é utilizado como meio de obtenção de água para hidratação de rebanhos que ficam nas pastagens próximas a ele, e em épocas de cheia, os moradores o utilizam para a pesca. Encontra-se no ANEXO A, alguns tópicos da Lei 20.922 / 2013, sobre políticas florestal e de proteção à biodiversidade, relacionados com APP e Reserva legal e condizentes com as características do estudo abaixo.

Figura 26 – Hidrografia e áreas verdes



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2016.

Com o mapa de estudo de estradas e acessos às cidades vizinhas, FIG. 27, verificam-se as estradas que cortam a comunidade e os acessos a cidades próximas, como Carmo da Mata, Oliveira e São Francisco de Paula. Este estudo foi importante para a compreensão das distâncias ao local de projeto, onde será implementada a edificação (demarcado em azul).

Figura 27 – Estradas e acessos às cidades vizinhas



Fonte: Google Maps, adaptado pela autora, 2016.

O estudo de mapas síntese foi fundamental para o entendimento das condicionantes referentes ao sítio. Abarcou uma extensão significativa da comunidade, onde encontram-se maior concentração de famílias, tornando assim a análise mais objetiva e auxiliando no embasamento da proposta. Ressalta-se juntamente com este estudo, que não há legislação específica que atente para construções em meio rural a ser observada, como lei de uso e ocupação do solo ou código de obras. Portanto as diretrizes que foram analisadas referiram-se às políticas florestais, encontradas no ANEXO A.

6 PROPOSTA PROJETUAL

O centro comunitário Paulo Soares é uma proposta de projeto arquitetônico que nasceu devido ao apreço da autora pela comunidade. Sendo seu berço natal, desejou-se dar ao povoado a valorização que este merece, resgatando e preservando suas raízes históricas e culturais, através da arquitetura.

Fatores determinantes para a defesa dessa proposta projetual, baseou-se no valor que possuem as zonas rurais para a sociedade atual, sendo o estudo direcionado às realidades rurais da comunidade de Monteiro e no êxodo rural, que é um fato que ocorre como consequência da desvalorização desses povoados, e que é algo recorrente na localidade estudada.

A implantação do centro propõe ser um auxílio que amenize o processo migratório dos monteirenses para as cidades, fornecendo condições que satisfaçam parte das carências que estes possuem, como educação, lazer e trabalho. Satisfazer tais necessidades da população e com isso desperta-la ao interesse em continuar a residir em seu local de origem, é um fator que determina a subsistência e crescimento do território, logo que se esse não dispor de condições favoráveis à permanência do homem, corre-se o risco de se extinguir com o decorrer do tempo. Esse é um fator preocupante, já que seria uma pena ver uma comunidade com tantos atributos dissipar-se por falta de tentativas de resolução desse problema.

Portando, diante desses fatores expostos acima, apresenta-se a proposição de um espaço arquitetônico com a finalidade central de atendimento as famílias monteirenses, um lugar que contenha ambientes diversos direcionados a cada anseio específico de cada habitante, sem exclusão de faixa etária, aberto às crianças, jovens, adultos e idosos, ofertando diferentes atividades onde todos se insiram. Propõe ser uma arquitetura acolhedora, na qual o camponês compreenda o seu valor, que este ao adentrar no centro perceba que há quem se interesse por ele, pela sua vida, pela sua dor, pela sua miséria.

Para que haja que o Centro seja um espaço acolhedor propõem-se utilizar de materiais construtivos que antigamente eram utilizados nas primeiras construções das casas na região, como o pau-a-pique, construção sobre base de pedra, forramento em esteira de palha, uso do cimento queimado (vermelhão) como piso, além do uso de materiais vernaculares como o bambu, eucalipto e barro. Porém ao mesmo tempo para que a arquitetura de um modo geral se insira mais ativamente nesta comunidade, propõem-se também os usos de novos materiais contemporâneos que até então não são tão presentes na comunidade rural, como o concreto armado, vidros e estrutura metálica.

Um dos pilares de apoio do projeto, é trazer a arquitetura mais próxima do homem

do campo. Quase não se vê arquiteturas feitas para as realidades rurais, somente urbanas. Com este estudo, levanta-se a questão: porque razão isso ocorre? Qual a resposta diante desse questionamento? Talvez pelo fato do rurícola muitas vezes carregar consigo a simplicidade e a ignorância? Essa não é uma resposta justificável, pelo contrário, é preciso que este reconheça que a arquitetura é uma arte, e que esta não possui restrições. É o que o Centro comunitário Paulo Soares propõe ser: uma arte aberta a todos.

6.1 Programa de necessidades

Para o melhor desenvolvimento do projeto, apresenta-se a seguir o programa de necessidades proposto:

Quadro 2 – Programa de necessidades

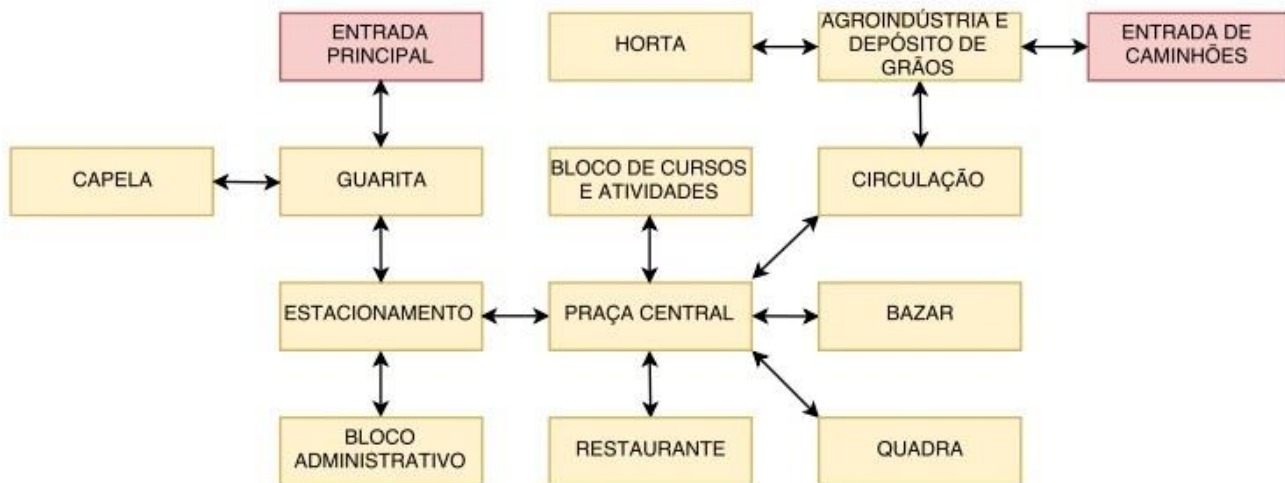
ADMINISTRAÇÃO	Recepção	Espaço para receber, direcionar, informar.
	Sanitários	Uso dos funcionários e visitantes
	Copa	Uso dos funcionários
	Sala de Reuniões	Reuniões da Associação Comunitária Rural
	Diretoria	Gerenciamento do Centro
	Contabilidade	Administração do financeiro de todo o espaço
	Arquivo	Arquivo de documentos, papéis e digitais.
ATIVIDADES E CURSOS	Sanitários	Feminino, masculino e PNE de uso público.
	Depósitos de matérias primas	Armazenagem de produtos que serão utilizados
	Depósitos de produtos finais	Armazenagem de materiais finalizados
	Sala de artesanato	Espaço para trabalhos artesanais.
	Sala de costura	Espaço para trabalhos com costura.
	Sala de informática	Espaço com computadores para aulas de informática, entretenimento e pesquisa.
	Sala multiuso	Uso diversos como reuniões e encontros da comunidade
	Cursos técnicos de agropecuária	Cursos profissionalizantes voltados à área rural
AGROINDÚSTRIA (PRODUÇÃO)	Horta Comunitária	Plantação de verduras, frutas e legumes para a venda nas cidades e proveito da agroindústria.
	Despensa	Armazenagem de mantimentos.
	Processamento e Embalagem	Local onde os alimentos serão recepcionados, selecionados e lavados.
	Cocção	Preparo dos alimentos.
	Embalagem	Local onde os produtos serão embalados antes de sua comercialização.
	Conservação	Local com temperatura adequada para conservação dos produtos.
	Higienização de utensílios	Local para lavagem e secagem dos utensílios utilizados na cozinha.
	Depósito de vasilhames	Espaço para armazenagem de utensílios utilizados na agroindústria.
	Almoxarifado	Armazenagem de materiais.
	Lixo Seco	Lixo seco gerado
	Lixo Orgânico	Lixo úmido gerado
	DML	Depósito de material de limpeza com tanque.
	Vestiário	Feminino e masculino com sanitários.
Embarque e Desembarque	Pátio para embarque e desembarque de caminhões	

GALPÃO DE ESTOQUE DE GRÃOS	Recepção	Local para acolher, recepcionar, informar
	Sanitário	Uso público e de funcionários, adaptado à PNE
	Copa	Uso dos funcionários
	Direção	Administração do Galpão
	Galpão de Armazenagem	Estoque de grãos de milho, feijão e café
RESTURANTE	Cozinha (Cocção)	Preparo dos alimentos
	Cozinha (Lavagem de utensílios e pratos)	Higienização de vasilhas
	Cozinha (Depósito de panelas e vasilhas)	Local próprio para a armazenagem destes logo após sua higienização
	Cozinha (Despensa)	Local de armazenagem de produtos
	Cozinha (DML)	Tanque e armário para a guarda de produtos de limpeza
	Cozinha (Lixo)	Lixo Seco e Orgânico
	Self Service	Local de self service em fogão a lenha
	Espaço das mesas	Espaço de assento para as refeições
	Sanitários	Feminino e Masculino de uso público
ENTRETENIMENTO	Quadra	Local de lazer com vestiário
	Capela	Local para contemplação e oração
	Teatro de arena	Apresentações
	Bazar	Venda de produtos produzidos no centro

Fonte: a autora, 2016.

6.2 Fluxograma da edificação

Quadro 3 – Fluxograma



Fonte: a autora, 2016.

7 CONCEITO E PARTIDO ARQUITETÔNICO

O conceito do Centro Comunitário Paulo Soares baseou-se na importância e significado do rural e no resgate e valorização de raízes históricas da população local, integrando tais raízes à ideias contemporâneas da arquitetura, presentes no urbano, tornando possível essa integração e levando novos modos de construção para o rural, possibilitando ao homem do campo uma proximidade maior com a arquitetura.

O Partido se deu através dos usos dos materiais e técnicas construtivas, resgatando a cultura rural e a vernacularidade, como o uso do pau-a-pique, construção sobre pedra bruta, forramento em esteira de palha, telhado colonial e piso em cimento queimado (vermelhão). Atentando-se para materiais presentes na região, como o bambu, que foi utilizado nos brises, pergolados e portas camarão; madeira eucalipto utilizada em todo o madeiramento das estruturas; pedra presente em pedreiras próximas e o barro para execução do pau-a-pique.

No Centro também há como elemento decorativo o carro de boi, instrumento de trabalho do pecuarista.

Como contemporâneo e moderno dito no conceito, levou-se técnicas como a construção em concreto armado, estrutura metálica, vidros e construções em "caixote". (FIGURA 28)

Figura 28 – Vistas aéreas (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1 Descrição das Edificações

7.1.1 Bloco Administrativo e Guarita

Neste bloco houve o uso de materiais como o tijolinho de barro aparente nas fachadas (administrativo) e alvenaria convencional nas paredes restantes (administrativo e guarita). Utilizou-se também o concreto armado em estruturas como pórticos (administrativo e guarita).

Ambos possuem cobertura em telhado de fibrocimento embutido em platibanda.

Na entrada principal do bloco administrativo foi construído um pergolado em estrutura metálica bronze, vigas de madeira em eucalipto com cobertura em vidro bronze.

As áreas molhadas como banheiros, lavabo e copa receberão revestimento nas paredes até o teto, e o porcelanato acetinado cinza é utilizado como piso em todas as áreas. A recepção e a sala de reuniões recebem como forramento interno a esteira de palha.

Esta última foi pensada para assembleias e palestras da associação comunitária monteirense. (FIGURA 29)

Figura 29 – Administração e Guarita (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1.2 Bazar

Projetado para ser um espaço de vendas dos produtos que serão produzidos pelos moradores como o artesanato, costuras, doces e queijos, o bazar é um espaço que se destaca localizando-se no centro dos demais blocos. É um espaço acolhedor e que resgata as raízes locais, sendo construído em pau-a-pique, técnica construtiva utilizada nos primórdios da comunidade, possuindo assim como a capela, sua base sobre pedra e cobertura em telhado colonial com forramento em esteira de palha.

Seu piso é em cimento queimado, com detalhes em ladrilho. É um bloco convidativo principalmente à turistas. (FIGURA 30)

Figura 30 – Bazar (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1.3 Capela

A Capela foi projetada como representação e atenção a religiosidade e devoção presente na vida do homem do campo.

Transmitindo paz e aconchego, a pequena Capela localizada na entrada do Centro possui as imagens da Padroeira da Comunidade: Nossa Senhora Auxiliadora, tornando possível a manifestação da fé dos habitantes e também dos turistas no momento em que estes estiverem utilizando o espaço.

Foi construída sobre uma base de pedra bruta tirada de pedreiras próximas à comunidade e resgatando essa técnica que antigamente era muito utilizada na região nas construções das casas.

Sua estrutura foi toda elaborada em madeira eucalipto, tendo como fechamento frontal e fundo em portas e janelas em vidro bronze. Possui o telhado colonial como cobertura e forramento interno em esteira de palha.

O Cimento queimado e ladrilho são os pisos escolhidos para este bloco. (FIGURA 31)

Figura 31 – Capela (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1.4 Restaurante

O Restaurante é um espaço para encontro dos frequentadores do Centro Comunitário, visitantes, turistas, bem como os trabalhadores da agroindústria. Nele serão oferecidas refeições como almoços e lanches rápidos.

Foi projetado sob o conceito de uma arquitetura rústica, utilizando predominantemente o madeiramento em eucalipto, nos pilares, estrutura da cobertura e pergolado, bem como nos balcões de atendimento.

Na cobertura foi utilizado o telhado colonial, exceto no bloco dos sanitários, que é o telhado de fibrocimento embutido em platibanda.

No piso do Restaurante, no local das mesas, foi utilizado o cimento queimado (vermelhão), e detalhes em ladrilho, este revestindo como detalhe partes do fogão a lenha e paredes do balcão.

O piso da cozinha é em porcelanato branco e suas paredes internas recebem revestimento até o teto em cerâmica branca, bem como as dos sanitários.

As paredes foram executadas em alvenaria convencional de tijolo de cerâmico, com exceção de algumas que foram em tijolinho de barro aparente. (Na planta estas diferenciações de alvenaria estão evidenciadas através de hachuras e suas legendas correspondentes). (FIGURA 32)

Figura 32 – Restaurante (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1.5 Bloco de Cursos, Atividades e Sanitários

No Bloco de cursos serão ministradas aulas acerca de temas relevantes ao rural como agricultura e pecuária, e também curso de informática para as crianças e jovens, bem como adultos da comunidade.

A Biblioteca localizada no segundo pavimento, acima do Bloco de Cursos, foi pensada para a utilização de todos os moradores, que queiram ter contato maior com o aprendizado, leitura, estudo e educação.

Quanto ao emprego dos materiais, utilizou-se nas paredes o tijolinho de barro aparente e concreto armado, tem o piso como porcelanato acetinado cinza. As salas de cursos são unidas através de portas camarão em bambu, material este que é empregado nas fachadas de ambos os blocos como brises. A Cobertura se deu através de telhado em fibrocimento embutido em platibandas.

Pensando-se na acessibilidade, usou-se como deslocamento vertical o elevador panorâmico para acesso à biblioteca.

No Bloco de Atividades, acontecerão trabalhos com o artesanato e costura, gerando assim emprego e fonte de renda para as mulheres da comunidade. O emprego dos materiais neste bloco foram os mesmos utilizados no bloco de cursos.

Os blocos de Atividades, Cursos e Sanitários são unidos por meio de um corredor central coberto com pergolado feito em estrutura metálica e bambu. (FIGURA 33)

Figura 33 – Bloco de Cursos, Atividades e Sanitários (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1.6 Quadra Poliesportiva

A Quadra Poliesportiva é um espaço projetado para ser um local de lazer dos moradores, principalmente dos jovens e crianças do Povoado. É um local que além de promover campeonatos de jogos, poderá servir também de Centro de Convenções da Comunidade, onde acontecerão manifestações culturais dos moradores, como as festas de Congado e Terços de São Gonçalo.

Toda a sua estrutura é metálica, possuindo cobertura com telhas de aço galvanizado e telhas translúcidas, para entrada de iluminação.

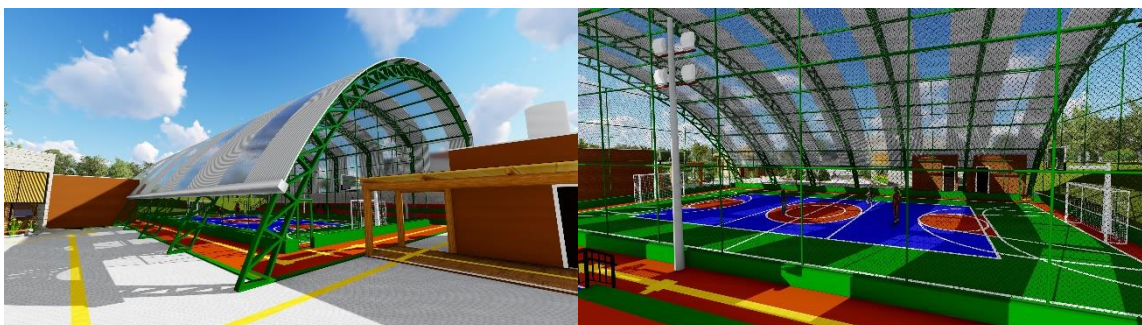
Para melhor acesso à arquibancada, houve a intercalação de degraus de altura de 22,5 cm entre os degraus convencionais de 45 cm.

Houve a preocupação com cadeirantes, tendo um espaço de dois lugares reservados para estes.

A estrutura metálica utilizada, especialmente em sua cobertura é o diferencial do espaço, sendo em curva e apoiando-se no solo, ela se destaca entre os demais blocos do Centro Comunitário.

Para o apoio da Quadra, esta conta com dois vestiários iguais, não havendo diferenciação das peças sanitárias para homens e mulheres, já que quando houver campeonatos, estes acontecerão entre times do mesmo sexo. (FIGURA 34)

Figura 34 – Quadra (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

7.1.7 Agroindústria e Depósito de Grãos

A Agroindústria é um espaço projetado para ser um local de trabalho e geração de renda para a comunidade.

Seu funcionamento acontece em torno da produção ofertada pela horta comunitária localizada atrás do bloco. Esta produzirá verduras, frutas, legumes, temperos e ervas. Estes serão plantados, cuidados e colhidos pelos próprios moradores. Tais produtos ao serem levados para agroindústria passarão pelo processo de lavagem, preparo e embalagem, sendo armazenados em câmaras frias em estoque. Estes serão recolhidos por caminhões e levados para serem vendidos nas feiras e em sacolões nas cidades. Além destes, também haverá a fabricação de queijos e doces, que além de irem para as cidades para serem consumidos, poderão ser vendidos no bazar e restaurante do Centro.

O Galpão de armazenamento de grãos, foi projetado para guardar grãos de café, feijão e milho. Representando a colheita dos agricultores do povoado, são armazenados em conjunto para que possam ser vendidos pela associação em quantidade maior, obtendo assim maior lucro, e com isso tais produtores, ganham benefícios na compra de insumos, sementes, fertilizantes e adubos.

Os materiais empregados no projeto de ambos os blocos foram os blocos de concreto nas paredes, tendo como piso o porcelanato acetinado branco e revestimento branco nas paredes internas das áreas molhadas.

O nível dos blocos foi elevado 136cm para que houvesse maior facilidade na carga e descarga dos produtos e mercadorias feita pelas carrocerias dos caminhões. (FIGURA 35)

Figura 35 – Agroindústria (adaptado pela autora)



Fonte: da autora, 2016

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo para implementação de um centro comunitário em uma comunidade rural trouxe à tona o resgate da valorização de zonas rurais para a sociedade, em particular o povoado de Monteiros.

Pesquisar sobre a história do local, a cultura e a condição socioeconômica foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Com este estudo, confirmou-se a necessidade da proposição deste tema, sendo uma proposta relevante, que beneficiará o povo monteirense.

Mesmo que a população humana atualmente encontra-se distribuída em sua maior parte em cidades, sendo uma justificativa plausível para o estudo do urbano, quis-se da mesma forma considerar que o estudo do rural possui a mesma importância, podendo afirmar que o urbano e o rural estabelecem uma relação de complementariedade.

Neste sentido, esta pesquisa tenta elucidar a conveniência do centro comunitário para a localidade, como forma de apoio e resgate a suas raízes históricas e culturais, bem como ser um espaço que supra parte das carências dos moradores, não sendo necessário que estes busquem supri-las na zona urbana. Como consequência disso, o êxodo rural seria minimizado e a comunidade continuaria a ser preservada, com menores riscos de extinção.

O Estudo de fundamentação deste trabalho através da revisão teórica, contextualização do objeto de estudo, mapas síntese e diagnóstico do entorno, foi crucial para uma correta proposição do projeto arquitetônico, que foi desenvolvido na segunda fase do trabalho, sendo embasado na realidade do local, a qual sem esta análise não seria conhecida e averiguada.

Através do projeto elaborado, a partir do conceito e partido arquitetônico, adquiriu-se grande conhecimento acerca de materiais e técnicas construtivas que foram resgatadas, estudando-as para emprego correto nas edificações. Além de perceber que o emprego de novos materiais que até então não eram presentes no povoado utilizados em conjunto com os resgatados estabelecem uma relação de raiz histórica e contemporaneidade, tornando possível uma arquitetura adequada à técnicas e materiais modernos sem deixar de lado traços das raízes históricas e culturais da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Joaquim Anécio. **O Marketing do turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. Cap. 3. p. 75-84.

ARCHDAILY. **Centro comunitário de Fitzgibbon / Richard Kirk architect**. 2014. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/BwvatPOZJs/centro-comunitario-de-fitzgibbon-slash-richard-kirk-architect>> Acesso em: 20 de abr. 2016.

ARCHDAILY. **O arco em Bandar Rimbayu**. 2016. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/783014/the-arc-em-bandar-rimbayu-garis-architects>> Acesso em: 20 abr. 2016.

ARCHDAILY. **Tecnocentro / Sotero arquitetura e urbanismo**. 2012. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-89494/tecnocentro-slash-sotero-arquitetura-e-urbanismo>> Acesso em: 20 abr. 2016.

ARCHTENDENCIAS. **Centro comunitário fai-fah / Spark**. 2014. Disponível em: <<http://archtendencias.com.br/arquitetura/centro-comunitario-fai-fah-spark/>> Acesso em: 20 abr. 2016.

BRASIL, Deusimar Freire. **Técnicas de extensão com comunidades rurais**. [2016]. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/T%C3%A9cnicas%20de%20Extens%C3%A3o%20com%20Comunidades%20Rurais%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/T%C3%A9cnicas%20de%20Extens%C3%A3o%20com%20Comunidades%20Rurais%20(2).pdf)> Acesso em: 15 mai. 2016.

BRASIL, ministério do desenvolvimento, indústria e comércio exterior. **Programa do artesanato brasileiro**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf> Acesso em: 04 jun. 2016.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. (1999). **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil – panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão n. 621. Rio de Janeiro, IPEA. Disponível em: <https://issuu.com/ricardoabramovay/docs/exodo_rural> Acesso em: 15 mai. 2016.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. **O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. Turismo rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2000. Cap. 6. p. 145-179.

CAVACO, Carminda. **O mundo rural português: desafios e futuros?** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo rural. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-33.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário aurélio básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FREITAS, Eduardo De. **pecuária brasileira; brasil escola.** [2016]. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/pecuaria.htm>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

IBGE. **censo demográfico.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

LODY, Raul. **artesanato: uma visão complexa.** 1986. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/394/280>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

LOPES, Maria Leonor. **agricultura e sustentabilidade. Contexto, desafios e cenários.** 2004. Disponível em: <http://www.is.cnpem.br/bibliografia/2004_AGRICULTURA_E_SUSTENTABILIDADE_CONTEXTO_DESAFIOS_E_CENARIOS.pdf> Acesso em: 16 mai. 2016.

ONOFRE, Gisele Ramos; YOKOO, Sandra Carbonera. **Cooperativismo Rural.** Geomae, Campo Mourão, PR.103-111, 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/revista/index.php/geomae/article/viewFile/43/pdf_21> Acesso em: 16 mai. 2016.

PERES, Renata Bovo. **Habitação rural.** 2003. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Carlos, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/habis/biblioteca/digital/disserta%C3%A7%C3%B5es/Habita%C3%A7%C3%A3o%20Rural_Discuss%C3%B5es%20e%20Diretrizes%20para%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas.pdf> Acesso em: 18 mai. 2016.

PIRES, Paulo dos Santos. **A paisagem rural como recurso turístico.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri et al. Turismo Rural: Práticas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 117-132.

PRESVELOU, Clio. **Ações inovadoras em turismo rural.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. Turismo rural e **desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. Cap. 7. p. 143-162.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri et al. Turismo rural: Práticas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 101-116.

ROMÃO, Devancyr. Vale do Ribeira. **Um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais.** 2006. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204232-74145-lt_Vale_do_Ribeira_Um_e-6189388.pdf> Acesso em: 18 mai. 2016.

RUSCHMANN, Doris van de M. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. Cap. 2. p. 63-73.

SCHNEIDER, Sergio et al. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. Turismo Rural: Ecologia. Lazer e Desenvolvimento. Bauru: Edusc, 2000. Cap. 1. p. 15-50.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais.** Psicologia e Sociedade, São Carlos, p.84-94, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19nspe/v19nspea12>> Acesso em: 18 mai. 2016.

SILVA, José Graziano. **O novo rural brasileiro.** Nova Economia, Belo Horizonte, p.43-81, 1997. Disponível em; <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.geografia.ufflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio_Marta/1s2016/GRAZIANO_O_novo_rural_brasileiro.pdf&gws_rd=cr&ei=pjY3V7fLBozBwASYmr-IDw> Acesso em: 19 mai. 2016.

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. **Política de turismo: oportunidades ao desenvolvimento local.** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri et al. Turismo rural. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 133-147.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Pecuária no período colonial. Brasil Escola.** [2016]. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2016. Acesso em: 22 mai. 2016.

SPADOTTO, Claudio Aparecido. **Agricultura Brasileira: importância, perspectivas e desafios para os profissionais dos setores agrícolas e florestais.** 2002. Disponível em: <http://webmail.cnpma.embrapa.br/down_hp/354.pdf> Acesso em: 22 mai. 2016.

SULZBACHER, Aline Weber. **Agroindústria familiar rural: Caminhos para estimar impactos sociais.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. Dissertação. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em

Extensão Rural, 2009. p. 1 - 25. Disponível em: <
http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Sulzbacher_AW.pdf> Acesso em: 25 mai. 2016.

TARPANI, Claudia. **Comunidades rurais no Brasil e a informação**. Escola de Biblioteconomia, UFMG. 1991. Belo Horizonte, p.55-66, 1991. Disponível em: <
<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000002776/20951009f84a01b8e87b11602c684f51>> Acesso em: 15 mai. 2016.

ZAGO, Nadir. **Migração rural urbana, juventude e ensino superior**. Revista brasileira de educação, Chapecó, SC p.61-78, 2016. Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/pdf/275/27543071004.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2016.

ZIMMERMANN, Adonis. **Planejamento e organização do turismo rural no Brasil**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. Turismo Rural e desenvolvimento sustentável. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2000. Cap. 6. p. 127-142.

ANEXO A – Sobre a lei 20.922/2013 – Políticas Florestal e de proteção à biodiversidade

Seção I – Das Áreas de Preservação Permanente:

- Considera-se APP a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- Para os efeitos desta Lei, em zonas rurais ou urbanas, são APPs:
 - as faixas marginais de cursos d'água naturais perenes e intermitentes, excluídos os efêmeros, medidas a partir da borda da calha do leito regular, em largura mínima de: 30m (trinta metros), para os cursos d'água de menos de 10m (dez metros) de largura.
- Nas APPs, em área rural consolidada conforme o disposto no inciso I do art.2º, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural, sendo admitida, em área que não ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas, a manutenção de residências, de infraestrutura e do acesso relativos a essas atividades.

Seção II – Das Áreas de Reserva Legal:

- Considera-se Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos desta Lei, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, abrigar a fauna silvestre e proteger a flora nativa.
- A Reserva Legal será conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

**ANEXO B – Sobre regulamento técnico de boas práticas de serviços de
alimentação - resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004**

Edificação, Instalações, Equipamentos, Móveis e Utensílios:

- A edificação e as instalações devem ser projetadas de forma a possibilitar um fluxo ordenado e sem cruzamentos em todas as etapas da preparação de alimentos e a facilitar as operações de manutenção, limpeza e, quando for o caso, desinfecção.
- O dimensionamento da edificação e das instalações deve ser compatível com todas as operações. Deve existir separação entre as diferentes atividades por meios físicos ou por outros meios eficazes de forma a evitar a contaminação cruzada;
- As instalações físicas como piso, parede e teto devem possuir revestimento liso, impermeável e lavável;
- As portas e as janelas devem ser mantidas ajustadas aos batentes. As portas da área de preparação e armazenamento de alimentos devem ser dotadas de fechamento automático. As aberturas externas das áreas de armazenamento e preparação de alimentos, inclusive o sistema de exaustão, devem ser providas de telas milimetradas para impedir o acesso de vetores e pragas urbanas. As telas devem ser removíveis para facilitar a limpeza periódica;
- A iluminação da área de preparação deve proporcionar a visualização de forma que as atividades sejam realizadas sem comprometer a higiene e as características sensoriais dos alimentos;
- A ventilação deve garantir a renovação do ar e a manutenção do ambiente livre de fungos, gases, fumaça, pó, partículas em suspensão, condensação de vapores dentre outros que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária do alimento. O fluxo de ar não deve incidir diretamente sobre os alimentos;
- As instalações sanitárias e os vestiários não devem se comunicar diretamente com a área de preparação e armazenamento de alimentos ou refeitórios. As portas externas devem ser dotadas de fechamento automático.
- As instalações sanitárias devem possuir lavatórios e estar supridas de produtos destinados à higiene pessoal tais como papel higiênico, sabonete líquido inodoro anti-séptico ou sabonete líquido inodoro e produto anti-séptico e toalhas de papel não reciclado ou outro sistema higiênico e seguro para secagem das mãos.